



Lúcio Sousa

A PRÁTICA DA ANTROPOLOGIA

Caderno de Apoio



Universidade Aberta

2007

ISBN: 978-972-674-497-9

Capa: Fotografias: Lúcio Sousa.

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** — 2007
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa – Portugal
www.univ-ab.pt
e-mail: cvendas@univ-ab.pt

A Prática da Antropologia

4	Apresentação do Caderno de Apoio
6	Programa de A Prática da Antropologia
8	Conteúdos Temáticos
11	1. Orientações e fundamentos da Antropologia Aplicada
26	2. O desenvolvimento da Antropologia Aplicada
42	3. Ética na prática e pesquisa em Antropologia Aplicada
60	4. Domínios de intervenção na prática antropológica aplicada
78	5. Métodos de investigação no trabalho em Antropologia Aplicada
93	Bibliografia consultada e leituras complementares

Apresentação do Caderno de Apoio

O Caderno de Apoio da disciplina *A Prática da Antropologia* tem como objectivo explicar ao aluno os conteúdos essenciais do livro adoptado, apresentar propostas de leitura resultantes do cruzamento com bibliografia diversa que permitam desenvolver as temáticas seleccionadas e sugerir um conjunto de indicações bibliográficas complementares para o estudo e preparação da disciplina. O Caderno é um instrumento de trabalho que se articula com o livro adoptado e com a página da disciplina que deve ser consultada regularmente e onde serão actualizadas fontes de estudo.

Pressupostos e finalidades do caderno de Apoio

Considerando que os destinatários deste Caderno de Apoio são estudantes em regime de auto-aprendizagem, os seus objectivos prioritários são:

- a) facultar ao estudante a sinopse dos temas abordados no livro adoptado;
- b) proporcionar leituras analíticas que complementarão o livro adoptado nos conteúdos da disciplina que este não desenvolve;
- c) indicar um conjunto de materiais complementares de estudo, disponíveis on-line;
- d) oferecer uma articulação com materiais pedagógicos a disponibilizar na página da disciplina;
- e) apresentar actividades complementares, de carácter formativo, que permitam aprofundar a aprendizagem realizada;
- f) indicar bibliografia de carácter complementar e meios de pesquisa para que o aluno proceda a pesquisa individual ou de grupo para aprofundar os temas propostos e confrontar as competências adquiridas.

Programa de A Prática da Antropologia

Sinopse

A antropologia não se confina ao mundo acadêmico e cada vez mais o papel dos antropólogos se destaca no domínio público. A presente disciplina pretende analisar as estratégias que têm vindo a ser desenvolvidas para a aplicação do conhecimento e instrumentos de investigação da antropologia na resolução prática de problemas sociais, desenvolvendo simultaneamente uma reflexão crítica sobre os princípios éticos que devem nortear esse desempenho.

Competências:

1. Analisar reflexivamente as boas e más práticas da antropologia aplicada;
2. Ponderar a postura ética a adoptar face à prática aplicada da antropologia;
3. Identificar potenciais estratégias a empregar perante situações concretas com base em estudos de caso semelhantes;
4. Seleccionar os instrumentos de investigação a empregar no exercício da antropologia aplicada.

Línguas de trabalho e pré-requisitos

O domínio do Inglês é essencial para a leitura do livro adoptado. O Caderno de Apoio será redigido em português com citações em Inglês e Espanhol. Alguns textos de apoio sugeridos são em Inglês, Francês, Espanhol e Português.

Os alunos devem ter também a competência e capacidade para aceder e pesquisar na Internet.

Embora a disciplina não tenha precedências é importante para o aluno ter realizado as seguintes disciplinas: Antropologia Geral e Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia.

Conteúdos Temáticos

1. Orientações e fundamentos da Antropologia Aplicada

1.1 A Antropologia: tipos e principais aplicações práticas

1.2 A Antropologia Aplicada e a Antropologia Teórica

1.3 Funções desempenhadas por antropólogos

2. O desenvolvimento da Antropologia Aplicada

2.1 A História da Antropologia Aplicada

2.2 A Antropologia Aplicada: casos nacionais

2.3 A Antropologia Aplicada em Portugal

3. Ética na prática e pesquisa em Antropologia Aplicada

3.1 A ética na prática e pesquisa: elementos essenciais

3.2 Guias para a prática ética em Antropologia Aplicada

3.3 Dilemas éticos na prática profissional em Antropologia

4. Domínios de intervenção na prática antropológica aplicada

4.1 A política e a Antropologia

4.2 O levantamento de necessidades

4.3 Avaliação de projectos/programas

4.4 Avaliação de impacto social

4.5 Aplicação da Antropologia Ambiental

4.6 Antropologia e Advocacia

5. Métodos de investigação no trabalho em Antropologia Aplicada

5.1 Etnografia e observação participante

5.2 Grupos focais e técnicas de entrevista de grupo

5.3 Indicadores sociais e os questionários

5.4 Desenvolvimentos recentes nas metodologias de investigação

Conteúdos Temáticos e material de trabalho

Unidades	Conteúdos	Localização: Ervin (2000) e Caderno de Apoio
1. Orientações e fundamentos da Antropologia Aplicada 1.1 A Antropologia: tipos e principais aplicações práticas 1.2 A Antropologia Aplicada e a Antropologia Teórica 1.3 Funções desempenhadas por antropólogos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Dimensões e subcampos da antropologia</i> • <i>Continuum entre as dimensões académica e aplicada</i> • <i>As especificidades da abordagem antropológica</i> • <i>Funções e áreas de trabalho em antropologia aplicada</i> 	Ervin, 2000, 1-12 Caderno: capítulo 1
2. O desenvolvimento da Antropologia Aplicada 2.1 A História da Antropologia Aplicada 2.2 A Antropologia Aplicada: casos nacionais 2.3 A Antropologia Aplicada em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Etapas de desenvolvimento do séc. XIX à actualidade</i> • <i>Relação entre a antropologia e o colonialismo</i> • <i>A antropologia aplicada nos EUA, Reino Unido e Brasil</i> • <i>Trabalhos de Antropologia aplicada em Portugal</i> 	Ervin, 14-26 Caderno: capítulo 2
3. Ética na prática e pesquisa em Antropologia Aplicada 3.1 A ética na prática e pesquisa: elementos essenciais 3.2 Guias para a prática ética em Antropologia Aplicada 3.3 Dilemas éticos na prática profissional em Antropologia	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Interesses e obrigações em presença</i> • <i>Princípios éticos em Antropologia Aplicada</i> • <i>Dilemas éticos na prática profissional</i> 	Ervin, 27-38 Caderno: capítulo 3
4. Domínios de intervenção na prática antropológica aplicada 4.1 A política e a antropologia 4.2 O levantamento de necessidades 4.3 Avaliação de projectos/programas 4.4 Avaliação de impacto social 4.5 Aplicação da Antropologia Ambiental 4.6 Antropologia e Advocacia	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Noção de política e sua relação com a Antropologia</i> • <i>Etapas e mais valias da Antropologia na política</i> • <i>Tipos de necessidades, modelos e estratégias para o levantamento de necessidades</i> • <i>Tipos de avaliações de programas</i> • <i>O processo de avaliação de impacto ambiental</i> • <i>O papel na advocacia antropológica</i> 	Ervin, 41-139 Caderno: capítulo 4
5. Métodos de investigação no trabalho em Antropologia Aplicada 5.1 Etnografia e observação participante 5.2 Grupos focais e técnicas de entrevista de grupo 5.3 Indicadores sociais e os questionários	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Etnografia como método e as suas dimensões</i> • <i>Entrevistas a informantes qualificados</i> • <i>Tipos de questões a formularem</i> • <i>Diferentes tipos de entrevistas de grupo</i> • <i>A relevância dos indicadores e questionários</i> 	Ervin, 141-208 Caderno: capítulo 5

1. Orientações e fundamentos da Antropologia Aplicada

Objectivos de aprendizagem

No final desta unidade o estudante deverá estar apto a:

- Identificar as subdisciplinas da Antropologia.
- Definir Antropologia Aplicada.
- Distinguir Antropologia Aplicada de Antropologia académica/teórica.
- Explicitar as mais valias da abordagem antropológica.
- Indicar as funções e áreas de intervenção da Antropologia Aplicada.

1.1 A Antropologia: tipos e principais aplicações práticas

No início do Caderno de apoio sobre a Antropologia Aplicada é imperioso questionarmo-nos, como faz Pereiro (2005) se a

(...) antropologia é um saber aplicável? Deve a antropologia ser aplicada? É a antropologia aplicada diferente da antropologia? É uma disciplina ou subdisciplina com métodos e teorias diferentes? Ou o que mudam são só os agentes de aplicação? Se é diferente, o que o faz diferente? Acaso na história da antropologia, a produção de conhecimento antropológico não teve a sua aplicação? É a antropologia aplicada o mesmo que antropologia implicada? É a antropologia aplicada o “patinho feio” da antropologia? Torna-se necessário fazer da antropologia aplicada uma segregação da antropologia? Se a antropologia deve entender cada cultura nos seus próprios termos (sic), que justifica que um antropólogo de outra cultura diga aos membros dessa mesma próprios termos (sic), que justifica que um antropólogo de outra cultura diga aos membros dessa mesma cultura o que devem fazer?

Pereiro, 2005, 3

Como refere o autor a desconfiança perante a tarefa da Antropologia e a possibilidade de a Antropologia ser aplicada tem sido recorrente, nomeadamente pela possibilidade de participar na dominação do Outro. No entanto, tem existido também uma postura e visão “libertadora” associada à possibilidade da prática antropológica implicada que tem sido esquecida e que, como veremos, é possível desenvolver em Antropologia.

Kottak (2007) propõe um quadro comparativo no qual relaciona os quatro campos tradicionais da Antropologia relacionando-os com áreas de aplicação. No seu trabalho o autor (2007, 16) refere que a American Anthropological Association (AAA) reconhece que a Antropologia tem duas dimensões: 1) Antropologia teórica ou académica e 2) Antropologia Aplicada ou prática. A Antropologia Aplicada refere-se à aplicação dos dados, perspectivas, teoria e métodos antropológicos para identificar, avaliar e resolver problemas sociais contemporâneos.

Tábua 1.3 – Os quatro subcampos e as duas dimensões da Antropologia

Subcampos da Antropologia (Antropologia geral)	Exemplos de aplicação (Antropologia Aplicada)
Antropologia cultural	Antropologia do desenvolvimento
Antropologia arqueológica	Gestão de recursos culturais
Antropologia biológica ou física	Antropologia forense
Antropologia linguística	Estudo da diversidade linguística nas aulas

Kottak, 2007, 17

Os campos de aplicação do conhecimento antropológico fora do campo académico são amplos. Kottak menciona a Antropologia médica e o papel que a investigação transcultural tem na compreensão da doença e da enfermidade. Os antropólogos médicos serviram como interpretes culturais em programas de saúde pública. Outros antropólogos trabalham em agências de desenvolvimento (ver mais à frente a referência ao trabalho de Tanja Hohe e Sofi Ospina para o Banco Mundial) avaliando as características sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento e a mudança económica.

Como refere o autor, os projectos fracassam recorrentemente se for ignorada a dimensão cultural do desenvolvimento. O exemplo apontado é do facto significativo:

(...) Un ejemplo de ello es un proyecto muy naif y culturalmente incompatible realizado en el África oriental. La principal falacia consistía en intentar convertir a pastores nómadas en granjeros. Los planificadores no tenían ninguna evidencia de que los pastores, en cuyas tierras se iba a realizar el proyecto, desearan cambiar su economía. El territorio se iba a utilizar para novedosas explotaciones agrícolas comerciales y los pastores iban a convertirse en pequeños agricultores y aparceros. El proyecto, entre cuyos planificadores no se incluía ningún antropólogo, pasó por alto totalmente los aspectos sociales. Los obstáculos habrían sido evidentes para cualquier antropólogo. Se esperaba que los pastores sencillamente dejaran su forma tradicional de vida para trabajar tres veces más duramente cultivando arroz y recolectando algodón. ¿Qué motivos podían tener para abandonar su movilidad y libertad a cambio de trabajar como aparceros para quienes regentasen las explotaciones agrícolas comerciales? Sin duda no el escaso retorno financiero que los planificadores del proyecto calculaban para los pastores: un promedio de trescientos dólares anuales frente a más de diez mil para sus nuevos jefes, los granjeros.

Kottak, 2007, 16

Os campos de trabalho onde os antropólogos se encontram envolvidos são variados:

(...) Los antropólogos también aplican sus conocimientos al estudio de la dimensión humana de la degradación medioambiental (p. e., deforestación, polución) y el cambio climático global, analizando cómo influye el entorno en los humanos y cómo afectan las actividades humanas a la biosfera y a la propia tierra. En Norteamérica, los antropólogos aplicados dedicados a lo que antes hemos llamado la basurología ayudan a la Environmental Protection Agency (Agencia de Protección del Medio Ambiente), a la industria del papel y del empaquetado, y a las asociaciones de comercio. Muchos arqueólogos trabajan ahora en la dirección de recursos culturales: aplicando sus conocimientos a la interpretación, inventariado y preservación de los recursos arqueológicos, históricos y paleontológicos para las

administraciones locales, de los distintos estados o bien para la administración federal. Los antropólogos forenses ¹ (físicos) trabajan con la policía, los analistas médicos y los juzgados para identificar víctimas de crímenes y accidentes. Partiendo de restos de esqueletos determinan la edad, el sexo, el tamaño, la raza, y el número de víctimas. Los antropólogos físicos aplicados relacionan los patrones de las heridas con los errores de diseño de aviones y vehículos. Los etnógrafos han influido en la política social mostrando que existen los lazos fuertes de parentesco en los barrios de las ciudades, cuya organización social había sido considerada previamente como «fragmentada» o «patológica». Algunas sugerencias para la realización de mejoras en el sistema educativo proceden de estudios etnográficos de las clases escolares y de las comunidades del entorno inmediato. Los antropólogos lingüísticos muestran la influencia de las diferencias dialectales en el aprendizaje en clase.

¹ A série televisiva “Bones” é disso ilustrativa.

Kottak, 2007, 16-17

Como se pode verificar as aplicações da Antropologia são variadas segundo as suas subdisciplinas. No entanto, o domínio da Antropologia em que se circunscreve a disciplina *A Prática da Antropologia* é a denominada Antropologia social e cultural.

O conceito de Antropologia Aplicada, no sentido em que Ervin (2000, 4) a define:

(...) it is not passive research or mere social commentary. It is almost always commissioned by an organization outside of academia. The purpose may be to provide social and cultural background on the circumstances of particular peoples, but normally clients expect concrete recommendations for specific purposes (...)

De uma forma directa a Antropologia Aplicada “*is anthropology put to use...*” (Willigen, 1986, 7). Mas, de forma mais elaborada, o autor (1986, 8) apresenta-a como:

(...) a complex of related, research-based, instrumental methods which produce change or stability in specific cultural systems through provision of data, initiation of direct action and/or the formation of policy.

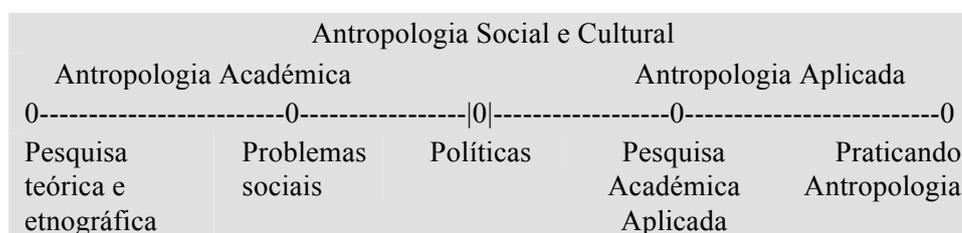
Os saberes e os fazeres da Antropologia são utilizados não com um propósito meramente académico, mas eminentemente político (na acepção de político como uma actividade humana que visa a resolução de problemas). A Antropologia Aplicada pretende adequar os dados, os conceitos e estratégias na resolução de problemas sociais, económicos e sociológicos. Ela está orientada para a resolução de problemas das populações das sociedades contemporâneas.

O que se pretende analisar é como os conhecimentos, teóricos e metodológicos, da Antropologia social ou cultural podem ser aplicados na

resolução de problemas sociais. A Antropologia teve, tradicionalmente, como campo privilegiado de actuação e de saída profissional a área académica. Mas, o acesso a esta é cada vez menor e um número cada vez maior de licenciados em Antropologia desenvolve as suas carreiras fora da academia.

Coloca-se por isso a questão de saber se o que fazem é Antropologia ou que tipo de Antropologia é? Afinal, mesmo no âmbito académico muitos autores consagrados (como iremos ver no 2.º tema) trabalharam na esfera não académica com os seus conhecimentos específicos.

Ervin (2000, 2-5) define um *continuum* entre a Antropologia Académica e a Antropologia Aplicada na qual o eixo axiológico se identifica com a análise das políticas.



Ervin, 2000, 2

O acervo de dados obtidos pelos estudos teóricos e etnográficos é imenso. Alguns antropólogos trabalharam, sobretudo a partir dos anos sessenta, temas eminentemente sociais estabelecendo uma ponte que viria a ser atravessada através do pólo axiológico definido pela análise de políticas (*polycy analysis*), um trabalho desenvolvido em contexto académico, mas com vista à análise directa de valores e estruturas sociais em instituições que procuram resolver problemas sociais.

O campo particular da pesquisa académica aplicada caracteriza-se pelo facto de o motivo da pesquisa ter origem no exterior da académica, ser solicitada por alguém, comunidade ou instituição, e das suas conclusões serem direccionadas para sustentarem as tomadas de decisão e não para questões teóricas.

Actualmente, observa-se que muitas universidades procuram estabelecer meios de providenciar esta relação com a sociedade, constituindo centros de pesquisa que visam desenvolver estudos relacionados com problemáticas específicas da sociedade.

O termo *practicing anthropology* (Ervin, 2000, 4) desenvolveu-se sobretudo a partir dos anos setenta para denominar os antropólogos que trabalham totalmente fora da esfera universitária. Mais do que envolvidos em reflexões críticas de carácter teórico, estes estão envolvidos na acção, administração e implementação de programas ou projectos, não só como funcionários públicos, mas como consultores ou assessores, quer em entidades públicas ou privadas

– como empresas ou organizações não-governamentais.

Os diferentes *estilos* ou *modelos* de trabalho na prática da Antropologia podem ser resumidos em quatro modelos (Chambers, 1989, 17-18).

1. *pesquisa básica* (basic research): direccionada para problemas genéricos de mudança social e cultural, e de forma crescente os que envolvem a transferência de conhecimentos;
2. *pesquisa aplicada* (applied research): que tem por objectivo a resolução de questões concretas, sendo sujeito por isso não só a critérios científicos como a validade e a fiabilidade, mas também a critérios de utilidade, como a relevância, o significado e a credibilidade;
3. *transferência de conhecimento* (knowledge transfer): nesta área o objectivo não é a produção de novo conhecimento, mas a sua transmissão no *ensino* como professor ou formador ou no *planeamento* avaliando determinados parâmetros de qualidade de determinados projectos com base nos conhecimentos antropológicos;
4. *tomada de decisão* (decision making): ocorre quando o antropólogo participa no processo de tomada de decisão relativa a determinada área do projecto, sendo mais recorrente a que envolve a determinação do tipo e qualidade de cuidados a tomar para com clientes sobretudo em quadros sociais de diversidade cultural.

Qual é então o potencial da Antropologia Aplicada no momento actual e quais os esforços que deve fazer para a sua implementação? Doughty (2005) aponta nas conclusões do seu artigo as seguintes ideias base (o artigo pode ser consultado na totalidade on-line. Ver Fontes de Estudo no final da Unidade):

1. (...) take stock of who we are and what we are doing with respect to utilizing the theoretical insights, methodological skills, and accumulated disciplinary knowledge and experience. (...) We need to consolidate our findings to be used and tested in more systematic ways than we do at present.
2. (...) academic programs should pay more specific attention to an applied oriented curriculum that provides an operational theoretical background and the methodological skills directly useful to the applied anthropologist who would deal with the “big ticket” realities. (...)
3. The scope of globalization processes is depicted in very large multinational units of analysis, and yet, these play out in local contexts where the consequences are of immediate concern to people and communities and can be understood in a measurable holistic manner. In this regard fortification and honing of the things that anthropologists have always done best, both in the context of our generalized study and particularly with respect to applied usages is essential. Our great strength comes from the depth and intimacy of our findings derived from close,

first hand knowledge gained from patient, meticulous research with particular communities, cultural groups, and regions (...)

4. (...) What we know about the areas we research far exceeds that of others who do not address the subjects and issues we do. What we have not brought to bear with any consistency, however, are the wide-ranging theoretical formulations we generate and their implications for policy. Yet theory is reputedly our principal general concern according to the numbers of us who claim expertise in that domain. (...) Policy implies theory and if we are to move “to the next level” to have a greater impact, we need to develop those theoretical ideas, which are appropriate to the task. (...) this means moving comfortably from the local research frame, to the global context of the problems and back again to ground level.
5. Ethical considerations deeply concern anthropologists because of the responsibilities accruing from the intimacy of our information and trust relationship that evolves in that research context. (...) The active participation of people in project activity and decisions also alters the presumed “laboratory” paradigm. (...) Through continuous evaluation and feedback loops of information, the problems are discovered and corrected. For this reason again, enough time to complete tasks and fulfill the goals must be allotted because applied work requires follow up research and work to accomplish this. Applied work implies, no, demands the acceptance of responsibility for outcomes.

Doughty, 2005, 309-310

Leitura complementar:

Estudar o artigo de Pereiro, Xerardo (2005), *A Antropologia Aplicada e as suas Perspectivas*, In: Pereiro, Xerardo Mendes, Paulo (eds.) *Textos de Antropologia Aplicada*, Série Didáctica Ciências Sociais e Humanas 57, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes.

Fontes de estudo on-line:

O capítulo “Las dimensiones de la Antropología”, de Introducción a la Antropología, 5/e de Conrad Phillip Kottak, McGraw Hill, 2007 em:

http://novella.mhhe.com/sites/dl/free/8448156072/513594/Cap_Muest_Kottak_8448156072.pdf

O artigo “Applied Anthropology”, de Ann M. Reed em:

http://www.indiana.edu/~wanthro/theory_pages/Applied.htm#top

O artigo “Antropologia Aplicada: Razões e práticas”, de Alvaro Câmpelo em:

<http://www.ufpa.br/~www.htm>

1.2 A Antropologia Aplicada e a Antropologia Teórica

A definição de Antropologia aplicada é difícil. Silioe (2007) discute mesmo a utilidade da utilização do termo aplicada à Antropologia quando o próprio conceito de Antropologia é ainda objecto de discussão. Para o autor a distinção entre “pura” e “aplicada” não ajuda a clarificar a questão e distorce o dinamismo da disciplina e da profissão pois ambas recebem e contribuem para a mesma teoria e métodos.

Nos últimos anos observa-se que um cada vez maior número de antropólogos desenvolve actividade fora da esfera académica. No entanto, continuam a existir muitos antropólogos que trabalham na universidade e que desenvolvem actividades no âmbito da Antropologia Aplicada, ou como também é conhecida, Antropologia prática, Antropologia de acção, Antropologia e advocacia, Antropologia do desenvolvimento ou Antropologiapública².

Há uma preocupação com a validade teórica e ética deste tipo de Antropologia que, argutamente, na esteira “tradicional” de vários textos antropológicos, Pink (2006) contextualiza como “pura” ou “impura”.

Ervin (2000, 10) coloca a questão de saber em que direcção deve seguir a Antropologia Aplicada na sua relação com a teoria. Deve enfatizar a elaboração da teoria, ligar a teoria à prática e a prática à teoria? Deve ou não haver fronteiras entre ambas? Ou devem estar unidas? Como o autor comenta, actualmente podem observar-se as várias situações em presença a que se acrescenta uma quarta resultante da interdisciplinaridade com ideias teóricas de outras ciências.

Como veremos no capítulo do desenvolvimento da Antropologia a relação da dimensão teórica e aplicada é antiga pois até à Segunda Grande Guerra Mundial o saber antropológico, teórico e metodológico, foi empregue para responder a necessidades práticas concretas. Esta aliança associou a Antropologia com o colonialismo e observou-se que dos anos cinquenta até aos anos setenta se registou uma retracção das teorias antropológicas relativamente à sua aplicação prática concentrando-se na produção de saber teórico. A partir dos anos setenta a prática antropológica fora dos contextos académicos desenvolveu-se dando uma maior ênfase à necessidade dos clientes (comunidades ou entidades publicas e/privadas) que não tinham uma preocupação acentuada com a dimensão teórica, mas sim com as recomendações e acções concretas.

Estas duas dimensões, a teórica e a prática, afastaram-se levando ao desenvolvimento de um impasse na relação entre ambas mantendo-se a ligação estreita quanto aos métodos, algumas perspectivas (holismo, etc.) e nos domínios da informação (organização da família, integração da comunidade, conflito, etc.). Ervin (2000,7).

² O conceito de Antropologia Pública pode ser analisado no texto de Rob Borofsky disponível on-line: <http://www.publicanthropology.org/Defining/publicanth-0700act10.htm>.

Neste artigo o autor defende a denominada Antropologia Pública como um processo de envolvimento de audiências e públicos, comunidades para além das fronteiras da disciplina antropológica de forma a que o público e as comunidades possam também reforçar a disciplina. Para o autor a “verdade” não reside em “palácios de poder” – eufemismo para os argumentos dos “especialistas” e da “academia” – mas desenvolve-se gradualmente através dos argumentos e contra-argumentos apresentados em contexto público.

Uma das soluções propostas (Chambers, 1987) é a de abordar a Antropologia Prática como uma nova subdisciplina da Antropologia. Esta inclusão é considerada por muitos como normal uma vez que muitos antropólogos académicos desenvolvem trabalhos aplicados. No entanto, fora da academia o trabalho de muitos outros continua a ser vocacionado e reconhecido cada vez mais, exemplo das várias associações que se formaram ao longo dos anos.

Esta dimensão prática não é alheia à ênfase que, cada vez mais, é dada à focalização na política (*policy*) como acto de decisão, não só como prática, mas como análise teórica que permita a sua avaliação como processo.

No entanto, com refere Chambers (1987) é necessário distinguir entre a análise de políticas e a concepção de políticas. Se a Antropologia está vocacionada para tratar da primeira, a segunda já é mais delicada pois envolve capacidades não só científicas, como as de gestão, administração, *lobing*.

Uma abordagem que se desenvolveu no sentido de ultrapassar o hiato entre a teoria e prática antropológica foi a abordagem *praxis* (Ervin, 2000, 9). Um dos seus proponentes, Warry (1992). O desafio colocado por esta abordagem é a de os questionamentos teóricos serem colocados no próprio processo de aplicação prática com os sujeitos, clientes ou colaboradores, não antropólogos, mas parte integrante do processo. O resultado deste questionamento será, em primeiro lugar, essencial para o próprio processo e promove e emancipa o próprio papel dos sujeitos envolvidos.

As várias denominações da Antropologia têm, como iremos analisar, correlação com actividades e atitudes específicas perante os principais interessados nos processos em que os antropólogos participam: as comunidades/sociedades. Actualmente a Antropologia e a Antropologia Aplicada têm criado novos campos que de certa forma esbatem as barreiras entre si:

- Antropologia urbana – pobreza, relações raciais, crime, política urbana, etc.;
- Antropologia médica: controlo de natalidade, mortalidade infantil, envelhecimento, etc;
- Antropologia educacional – educação multicultural, bilinguismo, etc.;
- Antropologia ecológica – poluição, sobrepopulação, etc.;

A Antropologia e os conhecimentos que produz sempre foram utilizados com um propósito aplicado, quer tal facto fosse ou não do conhecimento dos antropólogos (questão a analisar no tema 2). Mas, o que tem de particular ou especial a abordagem antropológica que a torne habilitada a formular opiniões sobre a realidade social? Trata-se de um misto de conhecimentos, princípios e métodos que poderemos sintetizar:

-
1. Observação participante
 2. Relativismo cultural
 3. Perspectiva holística
 4. Especialização regional
 5. Perspectiva *Emic*³
 6. Especialização temática

1. Observação participante: privilégio da observação e participação directa em detrimento (não exclusão) de fontes secundárias. As relações estabelecidas no trabalho de terreno poderão ser uma mais valia em ultteriores fases do programa de implementação;
2. Relativismo cultural: enfatiza a perspectiva do outro, tolerância;
3. Perspectiva holística: análise dos problemas sociais no seu contexto histórico, económico e cultural, permite perspectivar os problemas a curto e a longo prazo;
4. Especialização regional: os prolongados períodos de permanência num determinado local possibilitam o conhecimento em profundidade das problemáticas inerentes à região;
5. Perspectiva *Emic*: é dada precedência à perspectiva local sobre o projecto em curso o que possibilita gerar informação que pode ser determinante para a implementação de programas de mudança;
6. Especialização temática: a especialização em determinados tópicos possibilita a aplicação em situações análogas mesmo que em diferentes contextos espaciais.

A Antropologia Aplicada possui um tempo e espaço que podem ser comuns ao da Antropologia académica mas estas não são necessariamente comuns e afastam-se, pela forma de intervenção, pelo tipo de trabalho desenvolvido e pela exposição do antropólogo perante outros que não os seus pares académicos, Contreras (2005) indica como condições ao desenvolvimento da Antropologia:

- Investigação cooperativa;
- Metodologias adaptáveis a restrições de tempo e à necessidade de interdisciplinaridade;
- Ser parte de debates de interesse público;

³ O conceito de *emic* contrapõe-se ao de *etic*. “An emic model is one which explains the ideology or behaviour of members of a culture according to indigenous definitions. A Etic model is one which is based on criteria from outside a particular culture. Etic models are held to be universal; emic models are culture-specific” (Barnard e Spencer, 2002, 180).

-
- Ser parte da tomada de decisões;
 - Ser parte da tomada de decisões políticas.

No entanto, como referem a este propósito Strathern e Stewart (2007) a respeito da oposição entre estudos “aplicados” e estudos “teóricos” no âmbito da Antropologia

This opposition, however, is somewhat misconceived. If applied work is to be sound, it must incorporate adequate theory to guide its own analyses; and if theoretical work is to be valid, it must be applicable to “real world” situations about which it theorizes.

Strathern e Stewart, 2007, 2

Estudo on-line

Ler o artigo “Collaborative Ethnography and Public Anthropology”, Luke Eric Lassiter, disponível em:
http://home.earthlink.net/~elassite/Lassiter_CA_46-1.pdf

Lassiter aborda na Antropologia académica, a participação dos sujeitos da investigação no acto de criação do saber e do texto antropológico, tendo subjacente as relações de poder em que assenta a produção de saber antropológico (teórico ou aplicado) e o papel que as comunidades têm como agentes activos ou passivos dos projectos em que muitos antropólogos estão envolvidos.

1.3 Funções desempenhadas por antropólogos

As funções desempenhadas pelos antropólogos fora do contexto académico são variadíssimas, feitas de ocasião e necessidade, encontrando-se muitos a realizar tarefas que nada têm a ver com a sua formação académica. Com base em Willigen (1986, 3) podemos listar um conjunto de funções especializadas desenvolvidas por antropólogos, em que o conhecimento teórico e metodológico que lhes é específico constitui uma mais valia.

- *Político* (Policy researcher) – providencia dados culturais para que decisores políticos possam tomar decisões informadas;
- *Avaliador* (Evaluator) – utiliza a pesquisa para determinar se um programa teve sucesso;
- *Responsável pelo estudo de impacto* (Impact assessor) – mede os efeitos de um projecto, programa ou política numa comunidade local;

- *Responsável pelo levantamento de necessidades* (Needs assessor) – efectua pesquisa para determinar se um projecto ou programa é necessário;
- *Planificador* (Planner) – ajuda a desenvolver programas ou políticas;
- *Responsável pela análise dos resultados da pesquisa* (Research analyst) – interpreta resultados de pesquisa de modo a que decisores políticos, planificadores e administradores possam tomar decisões tendo em conta questões culturais sensíveis;
- *Advogado* (Advocate) – apoia activamente um grupo ou comunidade;
- *Formador* (Trainer) – dá formação profissional em contextos interculturais sobre a cultura de uma comunidade ou sobre técnicas de investigação;
- *Mediador Cultural* (Culture Broker)⁴ – actua como ligação entre a entidade que fornece o programa e a comunidade local;
- *Testemunha qualificada* (Expert Witness) – providencia dados de pesquisa relevantes como parte de um processo judicial;
- *Promotor de campanhas públicas* (Public participant specialist) – promove educação pública sobre a temática usando os media e encontros públicos;
- *Administrador/gestor* (Manager) – não sendo comum, alguns antropólogos participam directamente como responsáveis de programas assumindo funções directivas;
- *Agente de mudança* (Change agent) – usualmente desempenhado como parte de outras tarefas, esta função ocorre sobretudo no contexto de Antropologia de acção/intervenção ou Antropologia do desenvolvimento;
- *Terapeuta* (Therapist) – é um papel raro, também designado como antropólogo clínico, envolve o conhecimento especializado de terapias específicas.

⁴ Chambers (1989, 26-33) identifica os vários papéis que o antropólogo pode assumir como mediador cultural: representante, facilitador, informante (testemunha), analista, mediador.

Os potenciais produtos de aplicação gerados pela Antropologia Aplicada são três segundo Willigen (1986, 9)

- *Informação*: a gestão de dados que podem incluir observações a teorias;
- *Política*: envolvimento na formulação das políticas, que são guias para uma acção consistente;
- *Acção*: as intervenções concretas dos antropólogos incluindo a Antropologia de acção/(intervenção), desenvolvimento comunitário, mediador cultural, advocacia antropológicas.

Atente-se ao facto de que esta lista assenta sobretudo em antropólogos formados no âmbito da Antropologia cultural ou social. Não se inclui especificamente os que são formados em áreas da Antropologia como a biológica ou médica, ou mesmo os que se formaram em áreas confluentes com outras ciências como a etnobotânica, cujo campo especializado constitui uma área de interesse teórico e prático em muitas actividades e projectos fora da universidade:

As áreas de trabalho listadas na *Applied Anthropology Documentation Project Collection* são segundo Willigen (1983, 6):

Agricultura	Formação na área das relações humanas
Álcool e abuso de droga	Trabalho e emprego
Comunicação social	Gestão
Justiça criminal e jurisprudência	Assuntos militares
Demografia	Nutrição
Desenvolvimento económico	Saúde ocupacional
Educação	Controlo populacional
Desenvolvimento de energia	Educação pública
Ambiente	Desenvolvimento rural
Pesquisa da actividade pesqueira	Transferência de conhecimentos tecnológicos
Gerontologia	Transportes
Administração pública e governo	Desenvolvimento de recursos aquíferos
Medicina e Saúde	Desenvolvimento urbano
Alojamento	

A esta lista, que é passível de aumentar tantos são os nichos de trabalho implicado em que se pode envolver o antropólogo, faríamos destaque a uma área que surge diluída na resenha: o desenvolvimento comunitário. Este tanto pode ocorrer em contexto urbano como rural ou outro quadro social. A este respeito o manual de Carmo (1999) é bastante instrutivo.

Estudar on-line:

Para um ponto da situação da Antropologia Aplicada ler o artigo:

- “Learn from the Past, Be Involved in the Future”, Paul L. Doughty, disponível em:
<http://www4.ncsu.edu/~twallace/ANT411%20Doughty.pdf>
- “The future of Applied and Practicing Anthropology”, Squires Linda e Dennis Wiedman, *Anthropology News*, Nov. 2005, Vol. 46, No 8, pp.16: disponível em: <http://anthrosource.net/doi/abs/10.1525/an.2005.46.8.16.2>

Sugestões de trabalho e pesquisa

Comparar os temas apresentados por Willigen (1983) com as *áreas de investigação-acção* em Antropologia Aplicada constantes do programa do VII Congresso de la Sociedad Española de Antropología Aplicada realizado em 2006:

- A profissionalização dos antropólogos;
- Da aplicação e implicação da Antropologia académica;
- Antropologia Aplicada ao património cultural;
- Antropologia Aplicada à educação;
- Antropologia Aplicada à saúde e à alimentação;
- Desenvolvimento, cooperação e movimentos sociais;
- Antropologia Aplicada às organizações;
- Antropologia Aplicada aos movimentos migratórios;

Consulte o programa e lista de comunicações disponível em: <http://www.congressoAntropologia.unican.es/>

2. O desenvolvimento da Antropologia Aplicada

Objectivos de aprendizagem

No final desta unidade o estudante deverá estar apto a:

- Identificar a evolução histórica da Antropologia Aplicada.
- Analisar as várias percepções da Antropologia Aplicada.
- Conhecer vários casos nacionais.
- Examinar as práticas da Antropologia Aplicada em Portugal.

2.1 A História da Antropologia Aplicada

Neste tema vamos abordar sucintamente as várias fases do desenvolvimento histórico da Antropologia Aplicada. Vamos seguir de perto Ervin (2000) mas é recomendada a leitura do artigo de Marietta L. Baba e Carole E. Hill acessível nas fontes de estudo on-line e que analisaremos brevemente nos seus principais pontos.

Ervin (2000, 14-26) examina o desenvolvimento da Antropologia Aplicada identificando as seguintes fases: as origens no século XIX, o período entre as duas guerras mundiais, a Segunda Grande Guerra e o período imediato do pós-guerra, o período entre 1950-1970 – período durante o qual domina uma Antropologia Aplicada académica e consultadoria para o desenvolvimento. Numa última fase, dos anos setenta até ao presente, emerge uma “nova Antropologia Aplicada” de *política* e prática.

A Antropologia Aplicada no século XIX

A dimensão aplicada da antropologia em questões sociais está bem presente no início da disciplina. Entre as associações *Ethnological Society of London* (1843) e a *Anthropological Society of London* (1863) havia a preocupação de emancipar a sociedade da altura de ideias preconcebidas, dominadas por questões de raça e de pobreza.

A instauração da vertente mais académica da antropologia desenvolve-se com a *Royal Anthropological Society of Great Britain and Ireland* em 1883 e a nomeação no mesmo ano de Edward Tylor em Oxford. A Antropologia era vista como uma disciplina essencial na educação dos funcionários coloniais sobre os costumes nativos.

Nos E.U.A. a preocupação dominante resultou desde cedo na aplicabilidade dos conhecimentos antropológicos no conhecimento e resolução dos problemas resultantes da incorporação dos índios na agenda política americana. Desde cedo foi uma área de conflito entre os antropólogos e os políticos, cujos objectivos imediatos se contrapunham à necessidade de tempo e às visões dos antropólogos. Henry Schoolcraft foi um dos mais influentes antropólogos na determinação da “*Indian policy*”. Franz Boas, por seu turno, desenvolveu uma antropologia procurando salvaguardar a riqueza das populações nativas americanas e foi, pela sua acção enquanto antropólogo, um dos primeiros a desenvolver a advocacia antropológica avançando com argumentos que negavam as teorias migratórias impedindo a proveniência de populações de outros pontos da Europa que não a do Norte (ver o artigo de Laraia indicado nas Fontes de Estudo on-line da unidade 3 sobre a ética

em antropologia que tem como ponto de partida uma carta de Boas endereçada ao governo dos E.U.A.).

A Antropologia Aplicada entre as Guerras Mundiais

Este período corresponde à afirmação da antropologia na Universidade. Na Inglaterra desenvolveu-se o funcionalismo com Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown enquanto que nos E.U.A. se desenvolve a escola da aculturação. Ambas centradas em sociedades actuais e com preocupações aplicadas. No caso inglês com as populações do império e no caso americano com as suas populações nativas.

Malinowski escreve em 1929 um artigo – *Practical Anthropology* – no qual defende a utilidade prática da antropologia na administração colonial, fornecendo informações sobre as populações locais. No entanto, advoga que as mudanças devem ser feitas de acordo com os princípios locais, quer estas mudanças sejam políticas ou económicas, contanto que estes não choquem com as leis britânicas. De igual forma defende que, nos locais onde se encontrem poucos funcionários, a administração local deve ser atribuída às populações autóctones. Defende que os antropólogos devem estar envolvidos no trabalho com a administração e procura que os seus estudantes obtenham colocações nestas áreas (tal como Radcliffe-Brown irá procurar obter para os seus alunos).

Nos E.U.A. os antropólogos estiveram envolvidos no *Bureau of Indian Affairs* durante o *New Deal* que se segue à Grande Depressão. Muito deste trabalho foi relacionado com a questão da posse das terras. No *Bureau of American Anthropology* foi criada uma *Applied Anthropology Unit*. Esta participação foi, no entanto, marcada por conflitos entre as necessidades dos políticos e antropólogos. Segundo Julian Steward (1969) referido por Ervin (2000) as visões eram paternalistas e românticas e estas ideias enformavam muitas das políticas entrando em contradição com a realidade e diversidade local dos grupos afectados.

A participação da antropologia durante este período foi objecto de muita crítica posterior sobre o seu papel quer nas políticas de governação indirecta dos ingleses quer nas políticas assimilacionistas americanas.

A partir dos anos 30 também se procurou aplicar a antropologia aos negócios e indústria em estudos sobre a motivação e produtividade dos trabalhadores de que são exemplo os estudos de Lloyd Warner na Harvard School of Human Relations.

A Antropologia Aplicada durante a Segunda Grande Guerra e pós-guerra

Durante a Segunda Grande Guerra os antropólogos estiveram envolvidos no esforço de guerra, quer indirecta quer directamente. Nos E.U.A. e na Inglaterra realizaram-se estudos sobre o inimigo – sendo o mais conhecido o trabalho de Ruth Benedict sobre os japoneses: *O Crisântemo e a Espada*¹. Outros estudos versaram acerca das populações amigas onde um elevado número de soldados americanos estava estacionado, como no caso da Inglaterra. Finalmente registe-se os estudos sobre a gestão de campos de concentração de populações, como foi o caso dos japoneses nos E.U.A.

¹ “O Crisântemo e a Espada”,
Ruth Benedict, Editora
Perspectiva, 2006.

Dada a extensão da guerra foram desenvolvidos estudos de áreas para conhecer os locais e as suas populações, como no caso da Ásia e do Pacífico. Estes dados vieram a ser utilizados durante a guerra, mas também após, nomeadamente, na governação de áreas que ficaram sob a dependência de uma das potências vencedoras.

A Antropologia Aplicada Académica e a consultoria para o desenvolvimento: 1950-1970

Após a guerra, dois factos contribuíram para uma primeira retracção da Antropologia Aplicada e um reflorescimento da antropologia académica: a expansão do ensino universitário permitiu que um maior número de antropólogos obtivesse uma colocação académica, por outro lado, muitos cientistas sociais temeram a utilização do conhecimento científico, na sequência da utilização desse conhecimento, na produção de bombas atómicas.

No entanto, a Antropologia Aplicada não desapareceu, mas foi, sobretudo, desenvolvida a partir do contexto académico. Entre os temas de trabalho, a questão dos índios americanos foi defendida por Sol Tax que viria a incrementar com os seus estudantes uma corrente denominada Antropologia de acção (intervenção) (Willigen, 1986), em que as preocupações de investigação não se centravam tanto na questão académica mas sim nas necessidades das populações com que se trabalhava, consideradas co-Investigadoras com os universitários (que será abordada na unidade 5).

Um tema que se tornou recorrente neste período pós-colonial foi o do desenvolvimento relativo às populações nativas americanas bem como às populações dos novos países emergentes da descolonização que se iniciava.

Um projecto único foi desenvolvido por Allan Holmberg (1958) definido como um método de “Pesquisa e Desenvolvimento”. Denominado Projecto *Vicos*, tinha como princípio a ideia de que é possível utilizar o conhecimento científico na valorização da dignidade humana. O poder e conhecimento

resultantes da investigação são usados para melhorar a vida dos seus participantes. A comunidade de Vicos fica situada numa fazenda do Peru que foi comprada com fundos da Universidade de Cornell.

Muitos programas internacionais começaram neste período a ser apoiados por antropólogos sedeados em universidades. Entre os mais reconhecidos citamos George Foster em Berkeley e Ward Goodenough.

A emergência de uma “Nova Antropologia Aplicada” de políticas e prática: dos anos 70 até ao presente

Este período assenta na utilização da antropologia focalizada na política e na prática. Embora se desenvolva a partir dos anos setenta as suas origens estão nas preocupações sociais dos anos sessenta, um período de lutas anti-coloniais, novos nacionalismos, a emergência dos novos Estados africanos, a Guerra Fria e as guerras nacionalistas como a do Vietname.

Tornou-se claro ao longo deste período que os antropólogos não poderiam estudar as comunidades isoladas do contexto político e social em que se inserem, nem podiam os cientistas fazer o seu trabalho sem ter em conta as situações delicadas em que muitas dessas populações se encontravam.

Durante este período, muitos antropólogos foram contratados para trabalhar em organizações governamentais e não governamentais internacionais e de forma crescente para grupos locais. Este facto é paralelo com a saída da universidade de um cada vez maior número de formandos com graus académicos de mestrado e doutoramento que não encontra na universidade uma saída profissional. A advocacia tornou-se cada vez mais importante à medida que alguns antropólogos começaram a usar o seu conhecimento para sustentar e defender posições de populações e comunidades que se organizaram para obter direitos sobre terras, bens ou controlo de actividades económicas. Estas comunidades tanto podiam ser isoladas e remotas como urbanas, em que os problemas de racismo e pobreza se tornaram urgentes.

O conhecimento antropológico passou a fazer parte de outras disciplinas que procuraram nele a abordagem que lhes faltava para se confrontarem com a prática dos problemas sociais. A importância desta área observa-se pelo desenvolvimento de programas de Antropologia Aplicada em instituições académicas ao longo dos anos setenta, ligando níveis académicos, como mestrados e doutoramentos a estudos concretos de terreno e formando estes um trampolim para a empregabilidade dos antropólogos fora da universidade. Ao mesmo tempo, este campo desenvolve-se e criam-se publicações próprias da área interligando praticantes, permitindo partilhar experiências, exemplo das *Society for Applied Anthropology* e a sua revista *Human Organization*

ou *Practicing Anthropology* na Universidade da Florida. Na década de 80 a American Anthropological Association criou a unidade *National Association for the Practice of Anthropology*.

O artigo de Baba e Hill (2006) analisa o desenvolvimento da Antropologia Aplicada numa perspectiva norte-americana, mas permite o reconhecimento das principais etapas e problemas referentes a cada período identificado bem como uma abordagem do papel da prática antropológica aplicada e o contexto político-social em que se desenvolveu.

Os temas abordados pelo artigo são:

A Antropologia Aplicada em contexto colonial: 1880-1945 – neste capítulo são analisadas as relações iniciais da antropologia britânica com o domínio colonial e a antropologia americana com os seus domínios coloniais internos. As tensões decorrentes da prática e teoria antropológicas e a forma como estas evoluíram até ao período da 2.^a Grande Guerra Mundial.

A Antropologia Aplicada e o Segundo Mundo: análise do desenvolvimento da antropologia nos países denominados de segundo mundo (grosso modo identificados com o bloco soviético) e, em particular, na Rússia.

A Antropologia Aplicada e o Terceiro Mundo – a emergência no período colonial e desenvolvimento pós-colonial de uma antropologia “nativa” e a sua influência no foco e interesse de pesquisa.

Redefinição da Antropologia Aplicada (nos Estados Unidos) de 1945 aos anos 90 – a institucionalização da Antropologia Aplicada nos E.U.A. e os seus interesses na pós-guerra.

Convergência global de Antropologias, dos anos 90 à actualidade – os esforços para uma convergência e as dificuldades inerentes à mesma motivada pelos interesses nacionais de cada país.

A Antropologia Aplicada no séc. XXI: os principais interesses e directivas éticas e práticas para a prossecução de uma Antropologia Aplicada no mundo actual, face a novos contextos e desafios globais.

As autoras terminam o seu artigo defendendo que, no contexto do processo de globalização e os seus desafios, a antropologia deverá:

(...) revive the innovative vision of the founders of the Society for Applied Anthropology, producing expert knowledge and skills that can integrate theory and practice, and in due course move the discipline away from a marginal position. Vital is the integration of theory and practice that will enhance our position in the global system and, we hope, counterbalance the tensions that threaten disciplinary integrity. We argued previously (Hill

and Baba 2000), and vigorously reinforce the argument here, that the future of anthropology is firmly rooted in the theoretical and methodological issues that are emerging on the frontier of practice. This exciting and challenging frontier is rising now in a new global model that transcends our 20th century ideals, incorporates the most innovative aspects of our past, and advances new ideas that are emerging from a decentered world.

(Baba e Hill, 2006, 25-26)

Fontes de estudo on-line:

What's in the Name "Applied Anthropology"? An Encounter with Global Practice, Marietta L. Baba e Carole E. Hill

www.msu.edu/~mbaba/publications/An%20Encounter%20with%20Global%20Practice_final.pdf

2.2 A Antropologia Aplicada: casos nacionais

A Antropologia Aplicada tem uma dimensão nacional considerando os problemas específicos que emergem em cada país. Segue-se uma abordagem de vários países e da especificidade que adquiriu em cada um deles a Antropologia Aplicada. A selecção de países tem por base o material disponível para outras nações, abordada que foi a situação dos E.U.A. e na Inglaterra com base no artigo de Baba e Hill.

Os países seleccionados e cujos artigos são apresentados em Fontes de Estudo on-line são: a França, o Brasil e o México. De momento iremos abordar a Antropologia Aplicada no Brasil tendo por base o texto de Moonen(1988).

O autor indica que a antropologia é uma disciplina nova no país, mas que desde cedo por parte de alguns autores se notou a preocupação com a ética profissional face às populações estudadas, nomeadamente as populações indígenas, sobre quem devem ser prioritários os princípios éticos. Deve igualmente colocar-se ao serviço de grupos considerados marginais e minoritários (“negros, camponeses, trabalhadores rurais e urbanos, favelados, menores abandonados, delinquentes juvenis, mendigos, domésticas e outros grupos oprimidos ou marginalizados” 1988, 59).

Tradicionalmente, os índios são aqueles que mais captaram a atenção dos antropólogos embora o autor critique severamente a universidade por não preparar os antropólogos para lidar criticamente com estes temas, mas somente capacitá-los para os analisar.

Já em 1977 Ribeiro e Davis, citado por Moonen (1988, 58) listavam as preocupações éticas e profissionais que os antropólogos deviam ter para com estes:

- (1) denunciar frente à opinião pública cada atentado contra os grupos indígenas;
- (2) buscar formas de devolver aos índios e outras populações que estudamos aquela parte do conhecimento que deles alcançamos, que lhe possa ser útil em seus esforços para sair da situação dramática em que se encontram;
- (3) incluir na temática dos nossos estudos, com marca de prioridade, os problemas de sobrevivência, de libertação e de florescimento dos grupos indígenas;
- (4) montar uma campanha agressiva contra todas as tentativas de remoção ou relocação compulsória de povos indígenas de seus territórios e terras originais;
- (5) documentar publicamente o papel dos poderosos interesses econômicos, muitas vezes internacionais ou multinacionais, que são envolvidos directamente na expropriação maligna e ilegal da terra;
- (6) denunciar as várias ideologias disfarçadas de aculturação forçada, denominadas eufemisticamente “programas de integração nacional” “(Ribeiro e Davis in Moonen, 1988, 58).

A estas o autor acrescenta:

- (7) “devolver aos índios o seu passado histórico, contado do ponto de vista indígena, de tal maneira que possa ser útil, principalmente para a recuperação dos seus territórios e a conquista da sua libertação;
- (8) orientar os índios quanto ao funcionamento da sociedade nacional, seus direitos e deveres, os perigos e as possibilidades que a mesma oferece;
- (9) assessorar os índios em projectos de “desenvolvimento comunitário” e outros elaborados por eles mesmos;
- (10) assessorar os índios sobre as possibilidade, estratégias e consequências de uma verdadeira “libertação indígena”, incluindo a assessoria e análise crítica dos movimentos indígenas locais, regionais e nacionais.” (Moonen, 1988, 58/59).

A questão indígena coloca sérios desafios à Antropologia no Brasil, como refere Azanha (s.d.)

Para a política indigenista oficial, o ponto de vista da Antropologia deve, sempre, ser “neutro”, não pode “incitar a ação” sob pena de repressão. É o caso de nos perguntarmos o que teme o Estado, já que ele controla muito mais o nosso trabalho de antropólogos de que a ação dos garimpeiros, fazendeiros e salesianos. Teme – e sempre temeu – que o nosso envolvimento com as “razões subjetivas” dos índios possa acarretar ações que levem a contestações do seu poder. E foi isto o que, acreditamos, ocorreu e tem ocorrido de 1975 para cá: o “envolvimento” dos antropólogos com a luta dos índios.

Hoje, o maior envolvimento de muitos antropólogos com as “razões subjetivas”, dos índios levou, pensamos, a uma mudança na qualidade da observação etnológica – que, ao invés de ter a “assimilação ou extinção” como seu horizonte, descobre que as sociedades indígenas guardam a capacidade de reagirem à situação de expropriação e dominação conforme seus próprios parâmetros (é a chamada “resistência”). E descobre porque esta observação se fez crítica em relação ao futuro destas sociedades e tornou-se atenta aos seus motivos.

Fontes de estudo on-line:

França:

Applied Anthropology: Some Comments from France, Jean Francois Baré em

http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_5/b_fdi_31-32/34959.pdf

México:

La Antropologia Aplicada en la formación de antropólogos, Virgínia Molina, em:

http://www.ciesas-golfo.edu.mx/miradas/_Media/vmolina.pdf

Chile, América Latina:

Una Antropologia Aplicada en una Sociedad Compleja, Hugo Cadenas Ramos, em:

<http://www.revistamad.uchile.cl/13/paper05.pdf>

2.3 A Antropologia Aplicada em Portugal

Num artigo publicado recentemente, Afonso (2006) identifica o desenvolvimento da antropologia em Portugal em etapas. A primeira, a que denomina proto-antropologia, desde o século XIX até à segunda Guerra Mundial caracteriza-se pelo domínio da corrente Romântica. A partir dos anos quarenta e sobretudo por influência de Jorge Dias, desenvolvem-se os

estudos de comunidades e culturas, quer nacionais quer coloniais. A institucionalização lenta da antropologia só ocorre após a revolução de 1974. É também neste período que a autora identifica a emergência de uma Antropologia Aplicada.

Isto não quer dizer que a antropologia não tivesse anteriormente uma dimensão aplicada. Em Portugal a relação da antropologia e a sua aplicabilidade no domínio colonial ficou vinculada com a relação da Escola Superior Colonial (posteriormente Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e actualmente Instituto de Ciências Sociais e Políticas) criada em 1906. A existência da Escola não é um caso isolado, ela insere-se no quadro europeu da época em que surgiram várias escolas com o mesmo propósito.

O Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial realizado nos anos quarenta estabeleceu e firmou propósitos claros de contribuir através dos seus estudos como base para:

(...) qualquer plano racional de organização e aproveitamento das colónias. Assim os assuntos de que vai ocupar-se o congresso revestem, além do seu grande interesse científico, uma alta importância nacional.
(Moonen, 1988, 23)

Neste âmbito desenvolveram-se várias missões às colónias no sentido de colectar dados tanto físicos como culturais sobre as suas populações (ver o artigo de Sholten indicado em Fonte de Estudo on-line).

Jorge Dias desenvolveu também trabalho com a sua equipa em Moçambique junto dos Maconde, afastando-se do modelo antropológico. O seu trabalho representou, segundo a autora, o reconhecimento político da importância da disciplina. No seu relatório o autor foi crítico relativamente a certas práticas racistas na colónia nunca deixando, no entanto, de ressaltar o aspecto civilizador que a presença portuguesa tinha. Segundo Afonso (2006, 160), o criticismo aproxima Dias das estratégias de antropologia-advocacia (que será analisado na unidade 4).

No período pós 1974 observou-se a institucionalização da antropologia em Portugal com vários cursos a surgirem em Portugal e a absorver um primeiro grupo de formandos nesta disciplina. Esta tendência em breve se esgotaria conjugada com a dificuldade em obter lugares na academia e no ensino secundário (onde a antropologia era ensinada como opção).

Neste período inicial as antropologias académica e aplicada não se dissociam, mas com a crescente saída de licenciados em antropologia, muitos antropólogos encontram-se, por necessidade ou escolha, a trabalhar em áreas novas. Os cursos começaram a incorporar disciplinas com uma dimensão mais prática, e num caso particular, um curso foi criado na Universidade de

Trás-os-Montes: Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento. A esta dimensão junta-se a criação na Universidade Fernando Pessoa de um Centro de Antropologia Aplicada². Algumas universidades procuram ainda aumentar a empregabilidade dos seus licenciados através da realização de estágios (caso do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego).

Afonso (2006, 164) afirma que ainda não se pode falar da Antropologia Aplicada em Portugal como um campo subdisciplinar autónomo. Há, no entanto, um conjunto de áreas onde é possível observar a emergência de prática antropológica. Prática que ainda se encontra por muitos associada a uma imagem negativa da antropologia nas colónias e por outro lado é ofuscada pela presença e apelo de outras ciências sociais mais conhecidas como a sociologia.

Entre as áreas onde se tem desenvolvido trabalho antropológico aplicado a autora menciona (2006, 166-169) a Antropologia do Trabalho, Estudos ambientais, Análise de Impacto Social, Migrações, Antropologia e Educação, Antropologia Médica, Minorias Étnicas, Estudos pós-coloniais, Antropologia Urbana, Antropologia do Turismo, entre outras.

Entre os exemplos apontados a autora refere o trabalho de Paulo Granjo no âmbito da Antropologia do Trabalho realizado nos anos noventa e que procurou relacionar as questões das relações no trabalho e o de risco. No campo dos Estudos Ambientais de referir o trabalho realizado pelo CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, ligado ao ISCTE, no âmbito do estudo desenvolvido na costa algarvia com o projecto “Gestão Social dos Recursos Naturais no Sotavento Algarvio”.

Outro estudo que contou com a presença de antropólogos foi o Plano de Minimização de Impactes do Alqueva, vocacionado em particular para a povoação alentejana Aldeia da Luz que foi submersa pela barragem. No campo das migrações o estudo “Presentes e Desconhecidos: uma análise antropológica sobre mobilidade e mediação com populações migrantes no Concelho de Loures” realizado também pelo CEAS, envolvendo sociólogos e antropólogos, mostra o interesse de alguns municípios em lidar com as novas realidades multiculturais. Exemplo comentado também é o do trabalho desenvolvido pela autora em Setúbal no Bairro da Bela Vista com o título “Antropologia e Desenvolvimento local: um estudo piloto no bairro da Bela Vista”.

Hermano (1999, 112) indica também algumas aplicações dominantes e obras ilustrativas da Antropologia Aplicada portuguesa. Entre as áreas o autor, que refere o período anterior a 1974, indica: Aculturação, Desenvolvimento rural, Educação, Organização, Ordenação do território, Pastoral, Promoção da Mulher, Saúde pública e Trabalho.

² A este respeito ver o *Dossier: enseignement et recherche en anthropologie au Portugal*, in: *Recherches en Anthropologie au Portugal* n.º 8, 2002, Fabienne Wateau (dir.), Groupe Anthropologie du Portugal (GAP).

³ A situação actual deverá ser objecto de reavaliação conforme é defendido pela Associação Portuguesa de Antropologia no seu E-boletim n.º 3 disponível em www.apantropologia.net

Qual é então a situação actual dos antropólogos em Portugal? A este respeito é interessante analisar sucintamente o *Inquérito à situação dos Antropólogos em Portugal* desenvolvido em 1999 e objecto de artigo de Rodrigues (2007). Embora, como afirma o autor, o alcance deste inquérito seja limitado as conclusões não deixam de ser pertinentes uma vez que permitem analisar a evolução entre 1989 e 1999³.

Entre as principais conclusões registe-se o crescimento do número de alunos entre os dois períodos e o aumento das qualificações dos antropólogos, nomeadamente mestres e doutores. Terá este facto efeito no mercado de trabalho e na empregabilidade dos antropólogos? Como o autor refere, no geral

(...) a situação da classe era menos má do que a dos licenciados em geral: 8.5% dos antropólogos encontravam-se desempregados em 1999, contra 13.2% do conjunto dos licenciados. Mais de metade tinha empregos com vínculos estáveis, mas muitos permaneciam em situações de contrato temporário ou exerciam actividade como independentes (24% e 9.5%, respectivamente).

Rodrigues, 2007

Quais eram então as principais áreas de actividade nas quais se envolviam os antropólogos?

A maioria dos antropólogos inquiridos eram professores dos vários graus de ensino e investigadores. Na época, o ensino básico e secundário (21%) dava emprego a tantos antropólogos como os sub-sistemas de ensino superior (20.7%). Havia no entanto uma percentagem muito significativa de 37.6% de antropólogos que ocupavam funções como quadros técnicos superiores, em áreas tão diversificadas como a museologia, a intervenção social e comunitária e a formação profissional, entre outras. Finalmente, 11% dos licenciados declaravam ocupações fora da sua área de formação e abaixo do seu nível de qualificação.

Rodrigues, 2007

Como podemos ver uma percentagem significativa de antropólogos desempenhavam actividades fora do campo académico. Como evoluiu a situação em 1999?

Quando se compara a situação laboral de 1999 com o que se passava uma década antes, a evolução parece ser claramente negativa. Não só diminuiu a percentagem de trabalhadores integrados em quadros permanentes, como baixou o número de contratados. Simultaneamente, a taxa de desemprego, que em 1989 era meramente residual, subiu para 8,5%, enquanto a percentagem de trabalhadores colectados como independentes registava uma duplicação. Um sinal eventualmente mais positivo poderia ser o dos

estágios para licenciados, realidade quase desconhecida em 1989, mas que em 1999 atingia os 4,7%.

Rodrigues, 2007

No período considerado operaram-se transformações significativas na distribuição relativa dos antropólogos pelos sectores de ocupação profissional “tradicional”.

Em 1989, os antropólogos dependiam quase exclusivamente do ensino e da investigação e, muito embora uma década depois este sector de actividade ainda represente metade do emprego, expandiu-se e consolidou-se a presença dos antropólogos entre os chamados “quadros”, em profissões técnicas muito diversas mas de elevada qualificação. Neste período de mudanças, um aspecto permaneceu imutável: a dependência dos antropólogos relativamente aos empregos gerados pelo sector público da economia, seja no ensino e na investigação, seja na administração central e local ou nas empresas públicas. (...) Vimos os antropólogos serem praticamente expulsos do sistema de ensino básico e secundário, ao mesmo tempo que, impondo as suas competências, participaram do movimento de expansão do chamado terceiro sector e tentaram penetrar um pouco mais em áreas empresariais até aqui reservadas a outras especialidades e grupos profissionais.

Rodrigues, 2007

Como o autor relata é necessário proceder a outra análise da situação dos antropólogos em Portugal. No entanto, a situação não se terá alterado no que diz respeito às principais conclusões. O número de cursos diminuiu bem como, aparentemente, o de alunos. O acesso ao ensino secundário foi vedado e só alguns antropólogos que enveredaram pelo ensino do 2.º ciclo com Português e História mantêm hoje em dia esta actividade após profissionalização⁴.

Recentemente, a disciplina de Antropologia foi reintroduzida no Ensino Secundário⁵ fazendo parte dos programas do Ensino Secundário A – Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas, entretanto transformado em Línguas e Humanidades e oferecida a todos os cursos desta área⁶. No entanto, serão escassas as escolas a aderir a esta opção e são muito limitadas as possibilidades reais de esta medida dar trabalho a antropólogos pois as escassas horas são ocupadas por professores de outras disciplinas, nomeadamente Geografia. A inexistência de uma tomada de opção sobre a qualificação para a docência dos antropólogos no ensino secundário impossibilita que estes possam concorrer a estes horários.

A solução parece, pois, direccionar-se para outras áreas de actividade mais prática, mas é necessário promover na sociedade o conhecimento desta disciplina, que tem sido até agora muito “invisível” na sociedade portuguesa.

⁴ Os licenciados em Antropologia eram detentores de habilitação Suficiente para leccionar Geografia no 3.º Ciclo e no Ensino Secundário. A Antropologia, como disciplina opcional, foi uma das disciplinas oferecidas para o 10.º ou 11.º ano até ao princípio da década de noventa.

⁵ O seu programa foi homologado a 19.04.2006 e encontra-se disponível on-line em: http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/180/Antropologia_12.pdf.

⁶ Informação prestada por entrevista telefónica efectuada com responsável do ME para a área.

Na página da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) esta questão é levantada claramente estando prevista uma acção neste sentido por parte desta associação.

Parte deste trabalho de tornar visível a aplicabilidade da Antropologia começa justamente na Universidade e na formação que é dada aos alunos. Como foi referido somente a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro possui uma licenciatura eminentemente vocacionada para a prática antropológica fora do contexto académico. No entanto, como refere Pereiro (2005) outras universidades nacionais têm mudado a estrutura dos seus cursos nesta perspectiva aplicada. O papel dos antropólogos na formação e realização da cidadania é mencionado pelo autor que aponta a necessidade de iniciar este processo entre os próprios antropólogos, nomeadamente produzindo:

(...) literatura em antropologia aplicada apropriada à realidade portuguesa e ibérica, contextos próximos e imediatos de trabalho dos nossos formandos. Isto ajudar-nos-ia a conhecer a prática da antropologia em contextos estritamente não académicos, algo muitas vezes invisível até para os próprios antropólogos.

Pereiro, 2005, 10

Leitura Complementar:

Relativamente ao papel da Antropologia na Educação consultar *A Antropologia na Educação: Abertura Antropológica sem Antropólogos* de Paula Mota Santos e Paulo Castro Seixas no site <http://ceaa.ufp.pt/educ2.htm>

Ou

<http://homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/Educacao/Antropologia%20na%20Educacao.pdf>

Leitura Complementar:

O Capítulo 5 “Antropologia Aplicada e Desenvolvimento Comunitário” em Carmo, Hermano (1999).

Fontes de estudo on-line:

O artigo de Ana Isabel Afonso, Practicing Anthropology in Portugal, disponível através de pagamento em:

<http://www.anthrosourcenet.com/doi/pdf/10.1525/napa.2006.25.1.156>

O artigo de João Leal, The History of Portuguese Anthropology, disponível em:

<http://anthropology.uchicago.edu/about/han/leal.htm>

O artigo de Clara Saraiva, Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a Etnografia das continuidades e mudanças, disponível em:

http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_105-130.pdf

O artigo de Johana Sholten, Antropologia e colonialismo em Timor Português, disponível em:

<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/schouten.pdf>

Sugestões de trabalho e pesquisa

- Proceda a uma leitura comparativa dos textos facultados e analise as similitudes e diferenças nas práticas nacionais resultantes do percurso histórico da antropologia em cada um dos países ou regiões;
- Articule a leitura dos textos nacionais com as referências feitas por Baba e Hill (2006) relativamente à Antropologia Aplicada nos países do “terceiro Mundo”;
- Consultar o sítio Survival Cultural e recolher dados sobre a situação de povos ameríndios e povos tribais, nomeadamente, a sua situação actual, as ameaças que enfrentam e a forma com lhes resistem: Survival International: <http://www.survival-international.org/home>
- No caso português compare as referências a uma antropologia colonial aplicada feita por Afonso com o caso de Timor analisado por Sholten;
- Consulte o projecto Museu da Luz concebido no âmbito da intervenção no Alqueva comentada por Afonso (2006): <http://www.museudaluz.org.pt/MuseuApresentacao.aspx>
- Consulte o sítio do Centro de Investigação como o CEAS e analise os projectos desenvolvidos: <http://www.ceas.iscte.pt>
- Consulte o sítio do Centro de Estudos em Antropologia Aplicada e investigue as áreas de aplicação indicadas: <http://ceaa.ufp.pt>
- Consulte o sítio da Licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento da UTAD e examine os seus objectivos e as respectivas disciplinas: <http://home.utad.pt/miranda/licenciaturas/antropologia/index.htm>

3. Ética na prática e pesquisa em Antropologia Aplicada

Objectivos de aprendizagem

No final desta unidade o estudante deverá estar apto a:

- Identificar os interesses em presença na prática antropológica.
- Reconhecer os princípios essenciais dos códigos de ética.
- Descrever os principais guias de prática ética.
- Analisar potenciais dilemas éticos que o antropólogo enfrenta.

3.1 A ética na prática e pesquisa: elementos essenciais

Os interesses e obrigações em presença

A acção prática do antropólogo inscreve-se na interacção entre vários interesses em presença. Segundo Ervin (2000, 27), o antropólogo tem obrigações para com quatro potenciais interesses ou públicos:

1. A comunidade/sociedade receptora
2. O cliente
3. A disciplina e a profissão de antropólogo
4. O público em geral

1. A comunidade/sociedade receptora

A relação do antropólogo com a comunidade é considerada como a relação prioritária que o antropólogo deve desenvolver. A comunidade em causa pode ser uma pequena comunidade localizada, homogénea e solidária ou uma comunidade urbana. No entanto, qualquer comunidade possui um determinado grau de heterogeneidade que deve ser analisada pois este facto poderá ser determinante na relação de forças existente no seu seio e nos potenciais beneficiários do projecto.

No caso de comunidades urbanas este fenómeno pode tornar-se ainda mais complexo devido à dispersão dos membros da comunidade em causa ou à assumpção de que “a comunidade” beneficiária é homogénea negligenciando a sua diversidade – caso dos projectos que visam populações “minoritárias” ou “marginalizadas” que incluem pessoas de várias origens culturais e geográficas.

Finalmente, é mais complexa a situação em que os potenciais beneficiários de um programa não são uma comunidade, mas para efeitos de trabalho são assim agrupados, como é o exemplo de “mães jovens”.

2. O cliente

O cliente pode ser a pessoa, a agência ou a organização que solicitou e paga o trabalho desenvolvido pelo antropólogo (pode ou não ser coincidente com a própria comunidade receptora). A relação com o cliente é considerada a mais controversa eticamente pois os interesses do cliente e da comunidade podem ser divergentes ou conflitantes. De igual forma o cliente pode não ser uma entidade homogénea, mas possuir no seu seio visões contrastantes.

O antropólogo deve estar consciente dos princípios éticos essenciais e informar o cliente desses princípios.

3. *A disciplina e a profissão de antropólogo*

Esta responsabilidade para com a disciplina, o seu nome, a expectativa de que os resultados da investigação devem ser partilhados com outros através de publicações podem entrar em conflito com a responsabilidade para com a comunidade/cliente que não querem ver publicados os resultados do seu trabalho. Há também a partilha com os colegas que desenvolvem trabalho aplicado em áreas congéneres – sendo que o trabalho aplicado é mais cooperativo e menos isolado do que o trabalho académico. Por fim há situações em que os colegas de pesquisa são eles próprios membros da comunidade ou dos clientes.

4. *O público em geral*

A relação com o público é, por norma, restrita na antropologia académica, em que os pares são privilegiados como interlocutores. No entanto, dada a dimensão social deste trabalho a disseminação de informação pertinente sobre o trabalho desenvolvido pelos antropólogos aplicados acaba por ser mais importante e poderá exigir uma exposição perante os media e a actividade pública de forma regular.

Relativamente à noção de cliente parece-nos ser pertinente a distinção que Carmo (1999) opera no âmbito do desenvolvimento comunitário entre “sistema cliente” e “sistema interventor”.

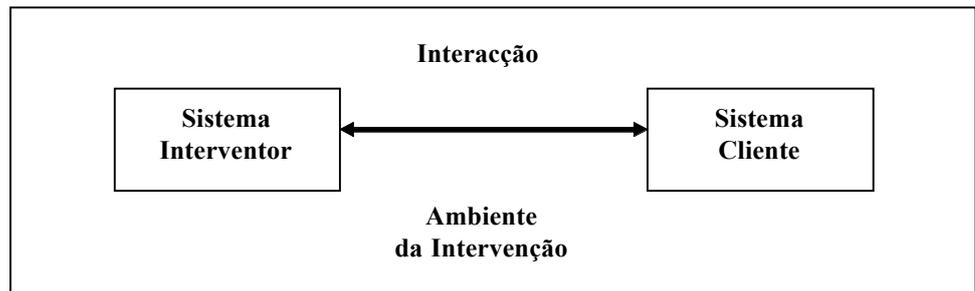
- a) uma pessoa ou conjunto de pessoas a quem chamamos **sistema-cliente** que aparenta um conjunto de *necessidades sociais*;
- b) uma outra pessoa ou pessoas que se constitui(em) em *recurso* do sistema cliente para responder às referidas necessidades e a que chamaremos **sistema-interventor**;

Carmo, 1999, 34

Estes elementos juntam-se a dois outros em qualquer processo de intervenção social: a interacção e o ambiente:

- c) uma **interacção** entre o sistema-cliente e sistema interventor que se traduz num conjunto de comunicações, através das quais se pretendem identificar *necessidades* e *recursos* e organizar *respostas* adequadas através dos segundos;
- d) um **ambiente** que emoldura a interacção, proporcionando *condições favoráveis* ou *desfavoráveis* à intervenção.

Carmo, 1999, 54-35



Carmo, 1999, 35

(Chambers, 1989, 21) defende que na relação com os clientes (empregadores) e os sujeitos das suas actividades há dois modelos de interacção: o *modelo administrativo* e o *modelo de advocacia-acção*.

O primeiro modelo inclui todos os esforços dirigidos no sentido de ajudar as administrações a aplicar programas de mudança planeada que tem origem em entidades governamentais ou privadas. O segundo centra-se nas necessidades dos sujeitos dos programas e tem por princípio moral a noção de que estes são muitas vezes prejudicados e as suas ideias negligenciadas pelos decisores políticos.

Os princípios éticos em antropologia aplicada

Quais são então os princípios essenciais da ética antropológica? Podemos distinguir na Antropologia a existência de princípios éticos que se cingem à actividade académica e os princípios éticos que se aplicam no contexto da antropologia aplicada. Estes não são uma mera extensão daqueles e pode dizer-se que ambos se influenciaram tendo mesmo a prática antropológica aplicada incentivado uma maior reflexibilidade no domínio académico. Segundo Ervin (2000, 30), há quatro princípios essenciais:

1. Consentimento informado
2. O modelo “clínico” de consentimento na informação
3. A confidencialidade e direitos pessoais à privacidade
4. A disseminação do conhecimento

1. Consentimento informado

Através deste princípio assume-se que a comunidade estudada/analizada deve estar consciente do trabalho em curso, os seus objectivos, quem o solicitou e porquê bem como os riscos e benefícios que dele poderão advir. Como afirma

Ervin (2000, 30) “O trabalho antropológico não pode ser clandestino”. Este princípio é dos mais controversos tanto na antropologia académica como na aplicada. O princípio descarta imediatamente determinadas práticas de investigação recorrentes na antropologia académica e na sociologia como a pesquisa encoberta do investigador. É um aspecto crucial pois a resposta da comunidade pode ser determinante na prossecução do trabalho.

2. *O modelo “clínico” de informação consentida*

Em algumas situações tem sido exigido que determinados estudos se realizem tendo por base um contrato legal que vincule antropólogo e cliente face à comunidade em estudo, ou o indivíduo que providencia a informação. São estudos que se baseiam em indivíduos e que por isso seguem de perto os princípios de técnicas de investigação experimental ou clínica. O compromisso assenta em dois tipos de contrato: um explica os objectivos, métodos e plano, o que é esperado dos participantes bem como os riscos e benefícios que estes poderão correr; o segundo documento, muitas vezes elaborado como uma ficha, será preenchido pelo participante que reconhece ter conhecimento dos objectivos, riscos e benefícios da sua participação.

3. *Confidencialidade e direitos pessoais à privacidade*

O antropólogo deve assegurar que os nomes verdadeiros dos participantes ou informantes não devem ser usados nos relatórios ou publicações por o mesmo se aplicar à identificação da comunidade ou organização estudada. Esta prática não isenta que a comunidade/organização não seja reconhecida por terceiros, sobretudo se o caso obtiver muita exposição pública. Uma outra crítica aponta o facto de não ser possível proceder a estudos comparativos uma vez que se desconhecem determinadas variáveis.

4. *Disseminação de conhecimentos*

Ao contrário do estudo académico o trabalho realizado pelo antropólogo destina-se a ser devolvido não aos seus pares, mas às pessoas que serão as beneficiárias do seu estudo. Não deve haver secretismo sobre os resultados da pesquisa e a comunidade deve ter acesso aos resultados do estudo. O próprio antropólogo poderá participar em apresentações/discussões públicas sobre o seu trabalho.

Os princípios propostos por Willigen (1986, 44) são: privacidade, consentimento, utilidade e comunicação. Na prática, os princípios de ambos são aproximados, mas a noção de *utilidade* tem um interesse e relevância

ética, pois, coloca a ênfase na questão: quem lucra com o trabalho. Este princípio enfatiza o facto de ser necessário tornar claro quem é que beneficia com o estudo. Como o autor afirma, a questão essencial é que a informação pode ser usada para controlar pessoas, isto é, conhecimento é poder. É necessário identificar claramente quem é o cliente e quais são os seus representantes (a existência de subgrupos dentro da comunidade pode levar a uma utilização abusiva de informação) e o que estes pretendem fazer com o estudo.

Leitura complementar:

- Subcapítulo 3.3 Ética, investigação e trabalho de campo, in: Ribeiro, José Métodos e Técnicas de investigação em Antropologia, 2003.

Fontes de estudo on-line:

- Leia o texto: *Ética e Antropologia* de Roque de Matos Laraia: partindo da leitura da Carta de Boas enviada ao governo americano durante a II Grande Guerra Mundial, Laraia discute reflexivamente as questões éticas e o trabalho do antropólogo.
<http://www.unb.br/ics/dan/Serie157empdf.pdf>
- Relacionado com a carta de Boas ler o artigo de David Price *Anthropologists as Spies*, em:
<http://www.thenation.com/doc/20001120/price>
- O artigo de Laura Moran (2002) *Ethical Perspectives in Anthropology: The Advantage of Integrating Competing Viewpoints* em:
<http://www.focusanthro.org/>
Interessante pelo destaque que é dado à questão da integração dos instrumentos internacionais sobre Direitos Humanos na questão ética em Antropologia
- O *Handbook on Ethical Issues in Anthropology* da American Anthropological Association, capítulo 3: *Cases and Solutions* e o 4: *Cases and Comments*” disponível em:
<http://www.aaanet.org/committees/ethics/toc.htm>
<http://www.aaanet.org/committees/ethics/ch3.htm>
<http://www.aaanet.org/committees/ethics/ch4.htm>

3.2 Guias para a prática ética em Antropologia Aplicada

Neste capítulo são apresentados alguns guias éticos redigidos por associações representativas de antropólogos e em particular de antropólogos aplicados. Cada um dos guias reflecte de alguma forma preocupações que resultam da experiência concreta de cada um dos países.

Entre os guias de boas práticas são apresentados resumos do da National Association for the Practice of Anthropology (NAPA) e da Society for Applied Anthropology (SFAA). A NAPA foi fundada em 1983 e o seu objectivo é promover a prática da Antropologia quer no âmbito da disciplina quer entre as organizações públicas e privadas.

National Association for the Practice of Anthropology Ethic Guidelines

(...) A practicing anthropologist is a professionally trained anthropologist who is employed or retained to apply his or her specialized knowledge problem solving related to human welfare and human activities. The designation “practicing anthropologist” includes full-time practitioners who work for clients such as social service organizations, government agencies and business and industrial firms. This term also includes part-time practitioners, usually academically based anthropologists, who accept occasional assignments with such clients. The substantive work of practicing anthropologists may include applied research, program design and implementation, client advocacy and advisory roles and activities related to the communication of anthropological perspectives (...)

1. Our primary responsibility is to respect and consider the welfare and human rights of all categories of people affected by decisions, programs or research in which we take part. However, we recognize that many research and practice settings involve conflicts between benefits accruing to different parties affected by our research. It is our ethical responsibility, to the extent feasible, to bring to bear on decision making, our own or that of others, information concerning the actual or potential impacts of such activities on all whom they might affect. It is also our responsibility to assure, to the extent possible, that the views of groups so affected are made clear and given full and serious consideration by decision makers and planners, in order to preserve options and choices for affected groups.

2. To our resource persons or research subjects we owe full and timely disclosure of the objectives, methods and sponsorship of our activities. We should recognize the rights of resource persons, whether individuals or groups, to receive recognition for their contributions or to remain anonymous if they so desire or to decline participation altogether. These persons should be informed of our commitment to the principle of confidentiality throughout the design of research or other activities involving resource persons and should thoroughly investigate and understand all of the limitations on our claims of confidentiality and disclosure.

3. To our employers we owe competent, efficient, fully professional skills and techniques, timely performance of our work and communication of our findings and recommendations in understandable, non-jargonistic language.

As practicing anthropologists, we are frequently involved with employers or clients in legally contracted arrangements. It is our responsibility to carefully review contracts prior to signing and be willing to execute the terms and conditions stipulated in the contract once it has been signed.

At the outset of a relationship or contract with an employer or client, we have an obligation to determine whether or not the work we are requested to perform is consistent with our commitment to deal fairly with the rights and welfare of persons affected by our work, recognizing that different constituencies may be affected in different ways. At this time, we should also discuss with our employer or client the intended use of the data or materials to be generated by our work and clarify the extent to which information developed during our activities can be made available to the public. Issues surrounding the protection of subject confidentiality and disclosure of information or findings should be thoroughly reviewed with the potential employer or client. We will not undertake activities which compromise our ethical responsibilities.

We will carry out our work in such a manner that the employer fully understands our ethical priorities, commitments and responsibilities. When, at any time during the course of work performance, the demands of the employer require or appear to require us to violate the ethical standards of our profession, we have the responsibility to clarify the nature of the conflict between the request and our standards and to propose alternatives that are consistent with our standards. If such a conflict cannot be resolved, we should terminate the relationship.

4. In our relations with students and trainees, we will be candid, fair, nonexploitative, nondiscriminatory and committed to the student's or trainee's welfare. We recognize that such mentoring does involve an exchange in which practitioners share their knowledge and experience in return for the significant effort and contribution of the students/trainees. We should be honest and thorough in our presentation of material and should strive to improve our teaching and training techniques and our methods of evaluating the effectiveness of our instruction.

As practicing anthropologists we are frequently called upon to instruct, train or teach individuals, anthropologists and others in nonacademic settings (workshop participants, in-service trainees, continuation or certification program trainees and research teams). To such persons, we owe training that is informed, timely and relevant to their needs.

Our instruction should inform both students and trainees of the ethical responsibilities involved in the collection and use of data. To our students and trainees we owe respect for and openness to nonanthropological

methods and perspectives. Student and trainee contributions to our work, including publications, should be accurately and completely attributed.

5. To our colleagues, anthropologists and others, we have a responsibility to conduct our work in a manner that facilitates their activities or that does not unjustly compromise their ability to carry out professional work.

The cross-disciplinary nature of the work of practicing anthropologists requires us to be informed and respectful of the disciplinary and professional perspectives, methodologies and ethical requirements of nonanthropological colleagues with whom we work.

We will accurately report the contribution of our colleagues to our research, practice-related activities and publications.

6. To the discipline of anthropology we have a responsibility to act in a manner that presents the discipline to the public and to other professional colleagues in a favorable light. We will point out the value of anthropological contributions to the understanding of human problems and humankind. Where appropriate in the context of our work, we will encourage the use of anthropological approaches and recommend the participation of other anthropologists.

We will contribute to the growth of our discipline through communicating and publishing scientific and practical information about the work in which we are engaged, including, as appropriate, theory, processes, outcomes and professional techniques and methods.

Fonte: http://www.practicinganthropology.org/about/?section=ethical_guidelines

A SFAA foi fundada em 1941. Tem como objectivo a promoção da investigação científica interdisciplinar dos princípios que controlam as relações entre os seres humanos e encorajar a aplicação destes princípios a problemas práticos.

Society for Applied Anthropology (SFAA)

Ethical & Professional Responsibilities

1. To the peoples we study we owe disclosure of our research goals, methods, and sponsorship. The participation of people in our research activities shall only be on a voluntary basis. We shall provide a means through our research activities and in subsequent publications to maintain the confidentiality of those we study. The people we study must be made aware of the likely limits of confidentiality and must not be promised a greater degree of confidentiality than can be realistically expected under current legal circumstances in our respective nations. We shall, within the limits of our knowledge, disclose any significant risks to those we study that may result from our activities.

2. To the communities ultimately affected by our activities we owe respect for their dignity, integrity, and worth. We recognize that human survival is contingent upon the continued existence of a diversity of human communities, and guide our professional activities accordingly. We will avoid taking or recommending action on behalf of a sponsor which is harmful to the interests of the community.

3. To our social colleagues we have the responsibility to not engage in actions that impede their reasonable professional activities. Among other things, this means that, while respecting the needs, responsibilities, and legitimate proprietary interests of our sponsors we should not impede the flow of information about research outcomes and professional practice techniques. We shall accurately report the contributions of colleagues to our work. We shall not condone falsification or distortion by others. We should not prejudice communities or agencies against a colleague for reasons of personal gain.

4. To our students, interns, or trainees, we owe nondiscriminatory access to our training services. We shall provide training which is informed, accurate, and relevant to the needs of the larger society. We recognize the need for continuing education so as to maintain our skill and knowledge at a high level. Our training should inform students as to their ethical responsibilities. Student contributions to our professional activities, including both research and publication, should be adequately recognized.

5. To our employers and other sponsors we owe accurate reporting of our qualifications and competent, efficient, and timely performance of the work we undertake for them. We shall establish a clear understanding with each employer or other sponsor as to the nature of our professional responsibilities. We shall report our research and other activities accurately. We have the obligation to attempt to prevent distortion or suppression of research results or policy recommendations by concerned agencies.

6. To society as a whole we owe the benefit of our special knowledge and skills in interpreting sociocultural systems. We should communicate our understanding of human life to the society at large.

Fonte: <http://www.sfaa.net/sfaaethic.html>

A comparação dos principais pontos de cada um dos Guias permite-nos constatar que os princípios enunciados são, essencialmente, os mesmos, mas que a ordem de precedência é diferente.

NAPA

- 1 Respeitar os direitos humanos e o bem-estar dos grupos afectados por decisões, programas ou pesquisas nas quais os antropólogos tomam parte.
- 2 A obrigação de informar atempadamente e perfeitamente os sujeitos de investigação dos objectivos, métodos e patrocínios das actividades.
- 3 Para com os empregadores há a obrigação de prover competência, eficiência, competências profissionais e técnicas, realizadas atempadamente e comunicadas de uma forma compreensível.
- 4 Na relação com estudantes ou formandos manter uma atitude séria, justa, não discriminatória e não exploratória.
- 5 Para com os colegas, antropólogos e outros, há a responsabilidade de desenvolver o trabalho de forma a facilitar as suas actividades e não comprometer as suas possibilidades de trabalho.
- 6 Para com a disciplina há a responsabilidade de agir de forma a apresentar a disciplina ao público e a outros profissionais de uma perspectiva favorável.

SFAA

Para com as pessoas que estudamos temos a obrigação de revelar os objectivos, métodos e patrocínio da pesquisa.

Para com as comunidades afectadas pelas nossas actividades devemos respeito pela sua dignidade, integridade e valor.

Para com os colegas temos a responsabilidade de não empreender acções que possam impedir as suas actividades profissionais.

Para com os nossos estudantes, estagiários ou formados, temos a obrigação de não discriminar o seu acesso aos nossos serviços.

Para com os nossos empregadores e outros patrocinadores devemos apresentar de forma correcta as nossas qualificações e desempenhar de forma competente, eficiente e atempadamente os trabalhos solicitados.

Para com a sociedade temos a obrigação de providenciar o benefício dos nossos conhecimentos e capacidades em interpretar sistemas socioculturais.

No entanto, a relação entre os princípios e a sua aplicação concreta coloca dilemas específicos que cada antropólogo tem de resolver e que analisaremos no subcapítulo seguinte.

Fontes de estudo on-line:

Códigos de ética da:

- Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em:
<http://www.abant.org.br/index.php?page=3.1>
- American Anthropological Association (AAA) – Code of Ethics em:
<http://www.aaanet.org/committees/ethics/ethcode.htm>
- Association of Social Anthropologists of the UK and the Commonwealth (ASA) – Ethical Guidelines for Good Research Practice em:
http://www.theasa.org/ethics/ethics_guideline.htm
- National Association for the Practice of Anthropology Ethic Guidelines (NAPA)
http://www.practicinganthropology.org/about/?section=ethical_guidelines
- Society for Applied Anthropology – Ethical & Professional Responsibilities (SFAA) em:
<http://www.sfaa.net/sfaaethic.html>
- O sítio de Sharon Stoerger: *Ethics in Anthropology* em:
<http://www.web-miner.com/anthroethics.htm>
- Artigo de Virginia Bond (1997) 'Between a rock and a hard place': applied anthropology and AIDS research on a commercial farm in Zambia, *Health Transition Review*, Supplement 3 to Volume 7, 69-83 disponível em: <http://htc.anu.edu.au/pdfs/Bond2.pdf>
- Outro artigo de Bond com interesse é "Men, Women and the trouble with condoms: problems associated with condom use by migrants workers in rural Zambia", disponível em: <http://htc.anu.edu.au/pdfs/Bond1.pdf>

3.3 Dilemas éticos na prática profissional em Antropologia

São vários os problemas e dificuldades que ocorrem na prática antropológica. Willigen (1986, 50-52) refere os casos paradigmáticos do *Project Camelot* e do *Thailand Project*.

O *Project Camelot* foi iniciado em 1964 com o patrocínio do *Special Operations Research Office* (SORO) do Exército dos Estados Unidos da América. O objectivo deste projecto era determinar a capacidade para desenvolver um modelo que permitisse prever e influenciar politicamente aspectos significativos da mudança social em países em desenvolvimento.

O projecto iniciou no Chile mas teve sequencias em vários países da Africa e Ásia. McFate (2005) apresenta o contexto em que cada projecto surgiu:

In 1964, SORO also designed the infamous Project Camelot (...) “a study whose objective [was] to determine the feasibility of developing a general social systems model which would make it possible to predict and influence politically significant aspects of social change in the developing nations of the world.” The project’s objectives were “to devise procedures for assessing the potential for internal war within national societies; to identify with increased degrees of confidence those actions which a government might take to relieve conditions which are assessed as giving rise to a potential for internal war; [and] to assess the feasibility of prescribing the characteristics of a system for obtaining and using the essential information needed for doing the above two things.”

Chile was to be the first case study for Project Camelot. Norwegian sociologist Johan Galtung was invited to design a seminar for Project Camelot. Although he refused, he shared information about the project with colleagues. Meanwhile, Hugo Nuttini, who taught anthropology at the University of Pittsburgh, accepted an assignment for Project Camelot in Chile. While there, he concealed Camelot’s military origin, but word leaked out. Protests arose from Chile’s newspapers and legislature and the Chilean Government lodged a diplomatic protest with the U.S. Ambassador. In Washington, D.C., following congressional hearings on the subject, McNamara canceled Project Camelot in 1965.

McFate, 2005

O *Thailand Project* desenvolveu-se no Norte da Tailândia, na zona do ópio e zona fulcral de influências no período da Guerra do Vietname. Este projecto teve muita influência na prática da antropologia pela polémica que gerou. O projecto foi patrocinado pela *Advanced Research Projects Agency* do Departamento de Defesa dos E.U.A. A população da zona foi descrita como candidata a actividades subversivas e não demonstrando lealdade para com o governo tailandês. A presença de um elevado número de antropólogos na região foi criticada nos anos 70 como um trabalho de contrassubversão.

Shortly after the Project Camelot scandal, the issue of clandestine research surfaced again in Thailand. In March 1970, documents that appeared to implicate social scientists in U.S. counterinsurgency programs in Thailand were stolen from a university professor’s file cabinet. The documents were given to the Student Mobilization Committee to End the War in Vietnam and were subsequently published in *The Student Mobilizer*. A number of anthropologists and other social scientists were allegedly gathering data for DOD and the Royal Thai Government to support a counterinsurgency program that would use development aid to encourage tribal villages to remain loyal to the Thai Government rather than joining the insurgents. Although anthropologists claimed to have been using their expertise to

prevent Thai villages from being harmed, heated debates took place within the AAA's Committee on Ethics.

As a result of Project Camelot and the Thai scandal, government funding and use of social science research became suspect. Anthropologists feared that, were such research to continue, the indigenous people they studied would assume they were all spies, closing off future field opportunities abroad. Many anthropologists also believed the information would be used to control, enslave, and even annihilate many of the communities studied. The result of these debates is the determination that for anthropologists to give secret briefings is ethically unacceptable.

MCFate, 2005

Ribeiro (s.d., 3) relativamente ao papel do antropólogo no contexto da ajuda ao desenvolvimento refere que:

(...) o dilema entre “investigação” e “acção” está presente sobretudo naqueles que estão envolvidos no trabalho aplicado nas organizações ligadas à ajuda ao desenvolvimento.⁴ Aqui não se trata apenas de considerar que os programas de ajuda ao desenvolvimento têm como objectivo a mobilização de recursos e não a realização de pesquisa sócio-antropológica (v. Garber e Jenden 1993: 68). O escolho basilar está no facto de os antropólogos e outros técnicos sociais carecerem, quase sempre, de autonomia suficiente para transporem os constrangimentos políticos ou organizacionais que cerceiam a livre reflexão científica e a aplicação dos conhecimentos produzidos. Como bem expõe Butcher (1987), os antropólogos envolvidos em trabalho aplicado devem evitar formular recomendações e propostas que afectem os interesses das organizações para quem trabalham.

Como alude o autor a dependência do antropólogo perante a entidade que o emprega levanta problemas que não são meramente académicos. No entanto, e não obstante as dificuldades:

É neste terreno minado que o trabalho aplicado e implicado é colocado em prática. Se para muitos a questão nem se coloca, é necessário relevar que há no interior do sistema, pelas contradições e concorrências nele existentes, margem de manobra para permitir aos antropólogos e outros cientistas sociais críticos colocar sob exame as estruturas que produzem e metem em acção as políticas de subordinação dos países periféricos aos interesses hegemónicos. Conhecedores dos mecanismos de funcionamento do sistema mundial, dos modos de extracção dos recursos naturais e energéticos das periferias, muitas vezes envolvidos ou com um acesso directo às organizações ligadas à ajuda ao desenvolvimento, os antropólogos têm diante de si um enorme e estimulante campo de trabalho e de intervenção científica e política que em muito poderá contribuir para a renovação de temáticas e a abertura de novos campos de investigação.

Ribeiro, 2005, 12

No entanto, a aplicação dos princípios éticos enfrenta grandes dificuldades. (Bond, 1997) refere os dilemas éticos que sentiu na sua pesquisa sobre SIDA e doenças sexualmente transmissíveis ao se referir a eles como uma caixa de Pandora:

Ethics is a Pandora's box in AIDS research. Ethical guidelines are laid down internationally and nationally and revolve around four broad categories: respect, beneficence, non-maleficence ('do no harm') and justice (Barry 1988; Ringheim 1995). For this research, ethical clearance had been obtained, both from the Karolinska Institutet in Sweden and from the University of Zambia. However, as Ringheim says, 'In practice the application of ethical principles is not as straightforward as the principles themselves may imply' (Ringheim 1995:1696). For example, is using our criteria to judge other societies appropriate? (Jarvie 1972). Schoepf (1991) points out that 'ethical imperialism abounds in AIDS research' and Preston-Whyte (1992) asks '...does our commitment have its origin in our own intellectual imperialism, what we construe as part of human survival?'. My concern for the health of young girls, for example, did not correspond with the concern of some of the young girls themselves. This paper demonstrates van Willigen's belief that ethical concerns are difficult enough to specify, let alone apply consistently in a relativistic framework and that 'different ethical issues are raised in the case of the applied anthropologist's relationships with research subjects, project sponsors, or fellow anthropologists. The somewhat different requirements of these relationships are sometimes in conflict' (van Willigen 1993:42). In anthropology, unlike some other sciences, there is no formal system for regulating proper anthropological behaviour (Johannsen 1992:73) although statements about ethics are made by various anthropology associations. In the field, a code of ethics is sometimes replaced by 'on the hoof ethics as you live' (Wallman 1997, personal communication).

Bond, 1997, 81

Para além de um conjunto de dificuldades no campo ético persistem dificuldades que são de ordem laboral e pessoal. Ervin (2000, 36-38), citando Frankel e Trend (1991) identifica quatro dilemas ou pressões que afectam os antropólogos aplicados:

1. a segurança laboral;
2. o facto de o conhecimento ser um instrumento imediato para o interesse do cliente;
3. a auto-estima do antropólogo;
4. a perda de controle sobre o trabalho pessoal.

Fontes de estudo on-line:

- Ler *Ethical perspectives in Anthropology: the Advantage of integrating Competing Viewpoints*, Laura Moran. Disponível em: O texto de Laura Moran não debate especificamente a antropologia aplicada mas permite analisar a relação da antropologia com o seu sujeito numa perspectiva mais clássica ao mesmo tempo que lança uma perspectiva para os textos que se seguem, mais concretamente envolvidos em projectos.
- Ler *O CTI e a Antropologia ou o antropólogo como “agente”*, de Gilberto Azanha: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/cti_antropologia.pdf
Para compreender no contexto brasileiro a relação da *antropologia empenhada* com as suas populações indígenas. O aluno deve analisar quais as perspectivas propostas pelo autor e as razões por este invocadas para a adopção da atitude defendida.
- Ler o artigo de Fernando Ribeiro Bessa “*A Luta pelas rendas: Trabalho aplicado, ajuda ao desenvolvimento e mediadores em Moçambique*”, disponível em: http://www.adelinotorres.com/africa/Fernando%20Bessa%20Ribeiro_A%20luta%20pelas%20rendas.pdf
- Ler o artigo de MCFate, J. Montgomery *Anthropology and Counterinsurgency: The Strange Story of their Curious Relationship*, Military Review March-April 2005, disponível em: http://www.army.mil/professionalwriting/volumes/volume3/august_2005/7_05_2_pf.html
Com referências aos projectos Camelot e Tailândia e outras inusitadas relações entre a antropologia e actividade militar.

Sugestões de trabalho e pesquisa

- Comparar o código de ética “generalista” e os códigos de ética específicos das associações de Antropologia Aplicada
- Comparar com o caso brasileiro e proceder a uma leitura do artigo *Direitos Culturalmente Diferenciados, Antropologia e Ética*, de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia em:
<http://www.abant.org.br/conteudo/documentos/Direitos%20Culturalmente%20Diferenciados,%20Antropologia%20e%20Etica.doc>

com o texto de Gilberto Azanha O CTI e a Antropologia ou o antropólogo como “agente” disponível em:

http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/cti_antropologia.pdf

- Consultar o sítio do CTI: Centro de Trabalho Indigenista e analisar os seus programas e acções estratégicas de forma a conhecer esta realidade em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br>
- Consultar o sítio e ler *Ethical dilemmas in Professional practice in Anthropology*, Andrew Garner para analisar o processo de um projecto e avaliar os resultados. Disponível em: <http://www.theasa.org/applications/ethics/comments.htm>

Ethical dilemmas apresenta um caso concreto de um projecto de intervenção: o aluno deve analisar os objectivos do projecto, as estratégias de intervenção delineadas, os resultados obtidos e os problemas sentidos pelos intervenientes no seu processo de desenvolvimento.

4. Domínios de intervenção na prática antropológica aplicada

Objectivos de aprendizagem

No final desta unidade o estudante deverá estar apto a:

- Definir a noção de política.
- Identificar as actividades de política no âmbito da antropologia aplicada.
- Explicar as etapas antropológicas de envolvimento na política.
- Indicar as mais valias da antropologia para a análise e prática da política social.
- Explicitar as várias abordagens antropológicas aplicadas.

4.1 A política e a Antropologia

O conceito de política é muito vasto, mas a aceção a que nos restringimos aqui, seguindo Ervin (2000, 41) é a de política:

(...) perceived as formal and limited in scope, the work of professional or elected policy makers who are specialists in generating laws, plans, and programs. They have the authority, personnel, financial resources, and the organizational means to implement them. This type of policy reaches into the economic, social welfare, external relations, communications, transportation, energy, and the environment.

A política providência meios de agir sobre a realidade, planos de acção de sociedades, comunidades ou organizações. A formulação e a implementação da política são processos políticos e sociais complexos cujos resultados são, muitas vezes, inesperados e longe do que se pretendia obter. As razões de ordem dos valores e ideologia cultural e social são muitas vezes negligenciadas, porque informais e invisíveis, e são aquelas que os antropólogos visam compreender.

A política é um processo e como tal é composta por etapas. Com base em Charles Jones (1977) Ervin identifica 3 etapas:

1. a percepção de que há um problema social para resolver e que deve ser definido ou avaliado;
2. a agregação, a identificação do sector do público que está preocupado com o problema e que se organiza para influenciar a sua resolução;
3. a representação, a forma como as organizações e os assuntos chamam a atenção dos legisladores.

A primeira etapa envolve uma noção de política relativamente abrangente, mas a segunda já se limita a um público-alvo concreto e a terceira envolve uma capacidade de avaliar que é desenvolvida pela antropologia.

A Antropologia lida com o domínio social e cultural, aquela parte dos programas ou projectos que, muitas vezes, é negligenciada. Perante as circunstâncias de um programa há que analisar os diferentes públicos (interesses) ou o seu denominador comum de forma a obter o melhor resultado. Se o primeiro tipo de trabalho é mais comum, o segundo é muito mais difícil. Ervin (2000, 45) cita o caso do trabalho de Richard Scaglione na Papua Nova Guiné, uma nação com mais de 750 línguas a que corresponde igualmente o mesmo número de grupos com tradições e sistemas legais diferentes. O seu trabalho consistiu em estudar entre todas as comunidades em presença o denominador comum que permitisse organizar o sistema legal da Nação, tendo por base a tradição e sem ferir susceptibilidades.

O domínio de actividades de política social no âmbito da antropologia é vasta. Segundo Ervin (2000, 45-49) entre as várias actividades lista-se:

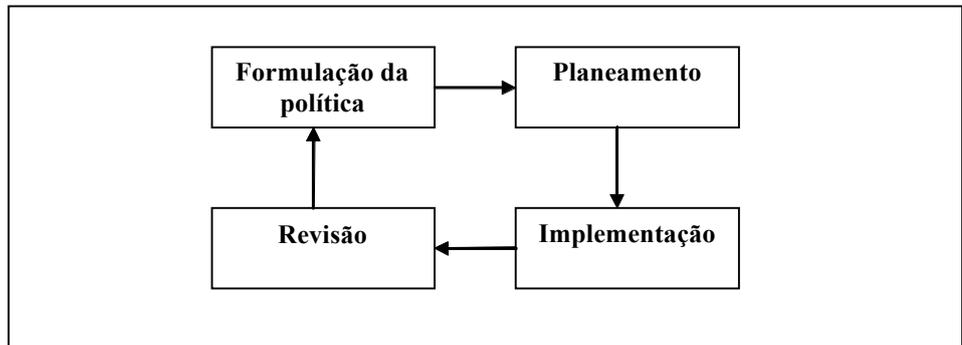
1. *temas socioeconómicos*, como o desenvolvimento cultural sustentável, a cultura do trabalho e do lugar de trabalho, e de negócios;
2. as indústrias do ambiente e de recursos, tendo em conta os riscos ou a advocacia de grupos ameaçados por interesses económicos;
3. a inovação tecnológica, nomeadamente o impacto da inovação tecnológica na economia e no ambiente;
4. saúde, nomeadamente, com o crescimento da antropologia médica através da promoção da saúde interligando as comunidades, a sociedade, a cultura, etc.;
5. educação, no desenvolvimento do curriculum e na avaliação de programas, sobretudo em contextos multiculturais;
6. política social, em temas como a segurança social, desemprego, pobreza, alojamento, quer em contextos urbanos quer nos novos domínios das imigrações e dos refugiados (a que se associa o tema dos direitos humanos);
7. povos indígenas, sobretudo actualmente no apoio de estruturas governamentais autóctones;
8. preservação cultural, entretenimento e parques nacionais (a questões de santuários tradicionais de povos indígenas), comunicações e transportes.

Etapas antropológicas de envolvimento na política

Ervin (2000, 51) citando Wuff e Fiske (1987b) apresenta um enquadramento útil para o trabalho em política definindo quatro etapas nas quais os antropólogos podem estar envolvidos:

1. definição do problema ou produção de informação: nesta etapa os antropólogos podem facultar elementos importantes para a definição do problema, a razão da sua existência e as causas e interligações que lhe estão subjacentes;
2. escolha de alternativas ou a formulação de medidas políticas, tendo em conta as diferentes formas como o problema pode ser resolvido ou melhorado;
3. planeamento e implementação de intervenções;
4. avaliação dos resultados.

Chambers (1989, 41-45) apresenta por sua vez um ciclo de decisão política que contempla quatro etapas: a formulação da política, o planeamento, a implementação e a revisão.



Chambers, 1989, 41 (adaptado)

1. A *formulação da política* é o primeiro passo e resulta, idealmente, da compreensão realista das necessidades, dos recursos e tempo necessário para cumprir uma intervenção social.
2. O *planeamento* é dirigido especificamente para as actividades programadas estabelecendo uma ponte entre a concepção da ideia política e a sua implementação.
3. A *implementação* do programa é o teste para a sua formulação e planeamento pois a sua aplicação prática pode levantar problemas não detectados. Por sua vez, estes poderão tornar-se essenciais na formulação de novas medidas políticas.
4. O objectivo da *revisão* (avaliação) é proceder a um estudo do efeito e impacto do programa e averiguar as discrepâncias entre o existente anteriormente e a situação actual. Os resultados, discrepantes ou não, poderão ser objecto da formulação de novas medidas a implementar no programa ou facultar ideias para novas intervenções.

As mais valias da antropologia para a análise e prática da política social

Ervin (2000, 55-59) identifica oito mais valias da Antropologia para a análise e prática da antropologia na política social:

1. A *abordagem sistémica – funcional– holística*: esta abordagem permite a análise simultaneamente macro e micro das inter-relações em presença num determinado contexto social, possibilitando perspectivar as instituições, as políticas e a sua harmonização, ou não, com a comunidade, a região e a nação.

-
2. *A abordagem emic e a análise de valores*: a abordagem *emic* pretende analisar os temas do ponto de vista dos envolvidos na acção social ou através dos valores dos participantes. Esta análise ressalta a visão do mundo ou a ideologia de comunidades ou instituições, permitindo colocar em oposição – e em conhecimento mútuo – as crenças e valores em presença, de modo a permitir melhorar o processo em curso.
 3. *A abordagem comparativa transcultural*: esta abordagem permite reunir um acervo de informação passível de ser empregue na resolução ou mediação de processos. Um exemplo desta prática tem estado associada com a solução de conflitos entre nações ameríndias e o Estado.
 4. *A interpretação cultural*: esta área está implicitamente relacionada com a capacidade para a mediação em contexto de conflitos culturais e de procura de soluções culturalmente apropriadas dada a capacidade para actuar como interpretes culturais.
 5. *A abordagem etnográfica*: a pesquisa etnográfica e a informação aprofundada das práticas culturais e sociais, das redes de relações sociais que as enformam são fundamentais para a formulação de políticas, sobretudo quando os decisores políticos têm pouco conhecimento da comunidade/grupo em causa.
 6. *A capacidade interdisciplinar*: a natureza eclética e interdisciplinar da antropologia, face a um sujeito de investigação ele próprio multidisciplinar, levou-a a estender a sua acção em várias subdisciplinas (biológica, social, linguística, etc.) e a relacionar-se com outras disciplinas sociais conseguindo desta forma colectar e desenvolver informação pertinente no âmbito de trabalho de grupo.
 7. *A capacidade para enquadrar a informação política de forma descritiva ou teórica*: a análise antropológica permite desenvolver apresentações e propostas de políticas fundadas em materiais descritivos e fundamentados teoricamente, algo que é essencial na forma antropológica de apresentar as suas ideias através da advocacia e da persuasão.
 8. *A focalização na comunidade*: a formulação de opções políticas a nível de Estado ou de regiões, províncias ou nações, necessita de ser implementado no terreno em comunidades e a antropologia, pela sua história encontra neste nível de acção social a sua principal tradição. A capacidade para descrever as estruturas sociais e de poder.

Apesar destas vantagens Ervin (2000, 59-61) aponta algumas fraquezas na prática antropológica bem como algumas áreas a necessitar de melhoria. Entre as fraquezas registre-se:

1. a inacessibilidade para o público e para os decisores políticos da literatura antropológica;
2. a falta de atenção sustentada para com os assuntos e problemas após a sua identificação;
3. a fraca capacidade de muitos antropólogos para comunicarem efectivamente fora do círculo restrito dos seus pares;
4. a hesitação em proferir julgamentos de valores imprescindíveis no contexto da formulação de políticas;
5. o tempo necessário para realizar a pesquisa etnográfica pode alienar potenciais interessados;
6. o facto das conclusões sobre problemas e soluções estarem divorciados dos contextos actuais nos quais eles terão de ser administrados.

Entre as propostas para melhorar a prática antropológica e a sua aceitação entre os decisores políticos indicam-se:

1. envolver os antropólogos como administradores de programas e permitindo desta forma obter um maior conhecimento por dentro dos assuntos a tratar;
2. adaptar o processo de pesquisa às necessidades dos clientes, nomeadamente, no que se refere ao tempo de investigação e à liminaridade da escrita de um relatório, que não deve ser somente científico, mas eficiente do ponto de vista da defesa das ideias e propostas;
3. desenvolver a capacidade para predizer acontecimentos, algo a que os antropólogos procuram alhear-se;
4. desenvolver o profissionalismo em todas as etapas do processo, nomeadamente na execução dos relatórios atempadamente, na sua dimensão e legibilidade;
5. desenvolver a capacidade de preparar simultaneamente várias etnografias, caso pertinente em situações de urgência e diversidade;
6. desenvolver a capacidade para analisar as burocracias e agências responsáveis por gerir programas.

4.2 O levantamento de necessidades

Para Ervin (2000, 63) o levantamento de necessidades corresponde a um “(...) processo de identificação e procura de soluções para os problemas de pessoas particulares ou instituições, independentemente dos programas ou soluções que tenham já sido elaborados para melhorar a situação”.

O papel dos antropólogos neste tipo de trabalho é relevante por poderem identificar as necessidades tendo em atenção as particularidades de grupos específicos ou as similaridades entre grupos separados, mas com carências idênticas.

Bradshaw (1972) identificou quatro tipos de necessidades pertinentes no trabalho em política social. Retomando a sua tipologia Ervin (2000, 64) lista:

1. as *necessidades normativas* (Normative needs) – determinadas por especialistas/administração. Padrões estabelecidos como desejáveis/ideais. Ex.: tabela nutricional diária, “linha de pobreza”;
2. as *necessidades sentidas* (Felt needs) – obtidas quando as pessoas são questionadas sobre o que realmente desejam (ainda que o modo como tal informação e a elaboração do inquérito possa ser problemático);
3. as *necessidades expressas* (Expressed needs) – são necessidades sentidas que se tornaram exigências ou petições para acção – através de *lobing*;
4. as *necessidades comparadas* (Comparative need) – necessidades sentidas por grupos negligenciados ao constatarem o fornecimento de serviços a outro grupo vizinho e a ausência da prestação do mesmo serviço ao seu grupo.

Os quatro tipos de necessidades não são estanques e podem ocorrer em simultâneo, sentidas, percebidas, expressas ou não, por grupos particulares ou interesses em presença. Por fim, o próprio acto de facultar um serviço pode despoletar o sentimento de outras necessidades.

Os objectivos e as expectativas associadas ao levantamento de necessidades têm subjacente a consciência de que acções específicas podem ser desenvolvidas no âmbito das capacidades da entidade em causa. Proceder a um levantamento mais vasto de uma situação que ultrapassa as capacidades de acção de uma instituição particular vai ajudar pouco a sua acção concreta.

Ervin (2000, 66) ilustra esta questão com o caso do levantamento de necessidades de idosos e uma clínica de saúde mental. Apesar de um dos problemas ser a questão das condições de habitabilidade esta questão

ultrapassa a capacidade da instituição, enquanto que outros temas, como o consumo de álcool e o alcoolismo serão mais facilmente abordados. Não quer isto dizer que estas questões não devam ser levantadas, mas que os trabalhos devem ter em conta as condições da sua aplicabilidade posterior pela instituição.

De igual forma a identificação de necessidades deve levar em linha de conta as possíveis interpretações de conteúdo dos termos identificados. Esta descrição deve ser exaustiva e ter em atenção as necessidades derivadas passíveis de serem associadas com um termo genérico. Por exemplo, ao se identificar a necessidade de um programa de emprego deve ter-se em conta o que esta significa para os vários grupos em presença e as suas esperanças no programa.

A compreensão dos objectivos da entidade contratante é essencial para que o antropólogo possa efectuar o seu trabalho. O levantamento de necessidades pode ter como propósito uma série de metas, obter financiamentos, estabelecer prioridades ou desenvolver programas. Para as organizações que solicitam este trabalho há a expectativa de obterem orientação sobre as prioridades a agendar, o que implica a elaboração de recomendações fundamentadas e ordenadas.

Por fim, é necessário ter presente que o processo é interactivo, pelo que o diálogo com a instituição deve ser mantido de forma regular.

Há, segundo Ervin (2000, 67-68) quatro modelos ou tipos de levantamentos de necessidades que podem ser desenvolvidos pelas agências. Baseando-se em McKillip (1987) o autor identifica os três primeiros modelos e, com base no seu trabalho, o autor indica o quarto:

1. o *modelo de discrepância* (discrepancy model): neste tipo de modelo um grupo de peritos determina um conjunto de objectivos e desenvolve formas de avaliar o seu desempenho. Se ocorrer uma discrepância entre esses objectivos e os resultados obtidos então há a necessidade de agir para os melhorar;
2. o *modelo de marketing* (marketing model): este modelo é essencialmente centrado na própria entidade procurando determinar, através do levantamento de necessidades, áreas de intervenção que lhe permitam obter fundos para relançar a sua actividade. A entidade ver-se-á envolvida numa campanha de promoção da sua actividade e utilidade para captar fundos e clientes para o seu trabalho;
3. o *modelo de tomada de decisão* (decision-making model): este modelo procura apurar e valorizar as necessidades dos seus clientes de forma a melhor os servir. Com base em indicadores seleccionados são apurados os prós e contras de uma determinada actuação e analisar que meios estão a ser subaproveitados e de que forma podem ser melhorados;

-
4. o *modelo participação-acção* (participatory-action model): este modelo pode ou não ser centrado na entidade ou agência. Ele é essencialmente centrado num grupo de pessoas, clientes, potenciais clientes ou grupos de auto-ajuda, que procura através da utilização de técnicas de pesquisa adquiridas, desenvolver os seus próprios levantamentos de necessidades. Este grupo pode ou não ser ajudado por um cientista social, e o essencial do método reside no facto de eles serem os detentores e controladores das questões de pesquisa, dos dados e do processo de pesquisa.

Para proceder ao levantamento de necessidades há um conjunto de métodos e fontes de informação (Ervin, 2000, 69-70) que serão listados de seguida (no capítulo 5 iremos desenvolver esta matéria).

1. taxas de tratamento ou de utilização;
2. indicadores sociais, socioeconómicos e de saúde;
3. resultados de testes;
4. documentos;
5. questionários;
6. entrevistas a informantes qualificados;
7. técnicas de entrevistas de grupo;
8. fóruns comunitários e audições ou apresentações públicas;
9. observação e observação participante.

Por fim, a elaboração de um levantamento de necessidades implica o desenvolvimento de estratégias. Ervin (2000, 70-72) apresenta, seguindo de perto Steadham (1980), algumas propostas.

1. o tempo disponível tem sempre de ser equacionado e os métodos a aplicar na pesquisa terão de ter em conta este factor;
2. de igual forma o dinheiro disponível terá de ser ponderado pois as técnicas e o número de colaboradores envolvidos vai depender deste factor;
3. outra consideração a ter é se os objectivos da entidade contratante são de aplicação imediata ou a longo prazo. Muitas vezes desenvolvem-se estudos que só pretendem mostrar que se está a fazer algo sobre um determinado assunto, mas não há a pretensão urgente de o resolver. Por este facto, o antropólogo envolvido não deve aplicar

métodos de investigação que aumentem irrealistamente as expectativas das pessoas da comunidade;

4. também deve ser dada muita atenção à questão da confidencialidade das pessoas envolvidas (tema desenvolvido no tema 3);
5. devem também que ser considerados os graus de interacção e *feedback*, quer com a comunidade em causa quer com a entidade cliente. No caso da comunidade este processo é essencial para a envolver.
6. há que ter em conta a história da relação da entidade com a comunidade em questão. A suspeição e cinismo podem existir devido a programas anteriores.
7. é aconselhável usar o maior número de técnicas e fontes possíveis e proceder ao cruzamento de várias fontes a fim de aumentar a validade dos dados apurados;
8. finalmente, é importante que seja facultado tempo para se proceder à divulgação dos resultados da pesquisa, quer junto da entidade quer junto do público.

4.3 Avaliação de projectos/programas

Esta área de trabalho tem-se desenvolvido recentemente e envolve a enunciação de julgamentos de valores o que, na tradição relativista da antropologia, sempre foi difícil. A avaliação de programas ou políticas é essencialmente uma actividade que visa responsabilizar os promotores de determinado programa ou projecto pela execução e cumprimento dos objectivos propostos.

A principal motivação para a avaliação de programas provém dos seus financiadores que desejam assegurar desta forma a responsabilização dos envolvidos na produção de benefícios concretos e justificar o dinheiro investido. Estas expectativas são comungadas tanto na esfera privada como na pública. Muitos programas ou projectos já incorporam medidas de autoavaliação. No entanto, o treino em ciências sociais tem-se mostrado pertinente nesta área de trabalho. No caso da antropologia, a dimensão qualitativa da sua avaliação é a mais valorizada.

Segundo Ervin (2000, 80) há três tipos de avaliações. No entanto, há princípios fundamentais que se deve ter em conta na prossecução de qualquer uma delas. As avaliações tendem a ser orientadas especificamente para programas

ou organizações, pelo que é essencial saber quais são os seus propósitos e objectivos que são, na maioria das vezes, o que é objecto de avaliação.

Ervin (2000, 84-89) identifica três abordagens ou tipos de avaliações de programas:

1. avaliação de resultados (outcome evaluations);
2. avaliação do processo (process evaluations);
3. avaliação de sistemas (systems evaluations).

A *avaliação de resultados* é a avaliação mais recorrente. Este modelo pretende medir os benefícios de um programa que foi desenvolvido para obter resultados concretos e positivos sobre uma determinada população. A avaliação dos seus resultados, o cumprimento ou não dos objectivos propostos, permitirá considerar o programa um sucesso, um insucesso ou a necessidade de uma revisão da sua aplicação. Esta avaliação é passível de ser quantificada quando há um objectivo determinado para tal. Por exemplo, adaptando o exemplo de Ervin (2000, 84) os cursos de formação para desempregados visam aumentar a empregabilidade dos seus formandos, este objectivo pode ser formulado como o propósito de no final do curso de formação 80% dos formandos obterem trabalho com as novas competências adquiridas. Uma avaliação abaixo dos 80% poderá indicar que o processo não está a ser concretizado.

A *avaliação do processo* pretende analisar o progresso através dos passos ou etapas desenvolvidas para alcançar os fins pretendidos. Trata-se de uma avaliação particularmente adequada para projectos que envolvam a prestação de serviços uma vez que os resultados esperados não se podem quantificar de forma tão clara e levam muito mais tempo a alcançar. O exemplo de Ervin é disso exemplo (2000, 85). Considerando os imigrantes ilegais ou os refugiados nos EUA ou no Canadá, há dois grandes objectivos: integração e adaptação. O primeiro objectivo podia ser medido através do sucesso na obtenção de um emprego o segundo pelo domínio da língua. Como se pode medir o sucesso de um processo que é multifacetado e vai depender de condições de cada um dos refugiados? Este processo terá de ser avaliado com o testemunho de cada individuo, pois, o curso de vida de cada um e a forma como se lida com a adversidade pode ser diferente, social e psicologicamente¹.

A abordagem pela *avaliação de sistemas* procura as relações de causa-efeito entre as actividades de uma organização com o meio envolvente, a comunidade e por vezes o ambiente natural. Esta abordagem é holística e requer que todas as componentes e contextos relacionados com o programa ou projecto sejam “mapeados” na tradição antropológica. Relacionando com o exemplo anterior o autor refere que tanto a agência como os refugiados e as suas redes sociais teriam de ser analisadas.

¹ Para a análise de percursos de vida de refugiados em Portugal consultar Lúcio Sousa (1999), *Percursos de inserção: refugiados em Portugal, sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa, 289 p., (policopiado). Pode ainda consultar a página do Conselho Português para os Refugiados (CPR) em <http://www.cpr.pt>

A realização de uma avaliação não é condição imediata de uma melhoria de serviços de uma determinada entidade. Há resistências que têm de ser vencidas pois as expectativas e temores relativamente ao resultado da avaliação podem ser entendidas como ameaçadoras ou intrusivas. A sabotagem de avaliações tem sido reportada como uma estratégia para obstruir o trabalho a desenvolver. Os próprios resultados da avaliação podem ser simplesmente ignorados. Por estas razões é necessário envolver todos os elementos no processo de consulta e de construção de um consenso relativamente aos objectivos esperados da avaliação bem como o processo que envolve (tempo e esforço).

Relativamente às metodologias empregues na avaliação de programas (que aprofundaremos no tema 5) Ervin (2000, 80-84) indica as quantitativas e as qualitativas. Entre as primeiras o uso de questionários é recorrente, mas cada avaliação terá de se adaptar à entidade em causa pelo que os documentos ou fontes de informação poderão ser muito variados. Entre as abordagens qualitativas a entrevista a informantes qualificados, grupos focais, clientes, pessoal, gestores, fóruns públicos e a etnografia são algumas das metodologias empregues. Ervin (2000, 83) regista, no entanto, uma propensão cada vez maior para a utilização da abordagem qualitativa em detrimento da quantitativa (que imperava anteriormente). O que não ocorre somente no âmbito da antropologia, mas mesmo na sociologia que regista um cada vez maior emprego da etnografia na sua abordagem prática.

4.4 Avaliação de impacto social

A avaliação de impacto social é prospectiva pois pretende antever os efeitos sociais de um projecto (intervenção). Segundo Ervin (2000, 98), trata-se de uma área muito delicada e exigente pois exige a predição de acontecimentos futuros com base na compreensão de complexos e futuros processos sociais. Dada a sua complexidade requer, por norma, o trabalho de equipas multidisciplinares pois a variedade e quantidade de informação necessária é vasta.

As avaliações de impacto social podem aplicar-se a inúmeros projectos, como por exemplo a construção de uma barragem², que se inserem na maior parte das situações no domínio da “ideologia” do desenvolvimento.

Segundo Ervin (2000, 103-107), as fases de avaliação de impacto social incluem:

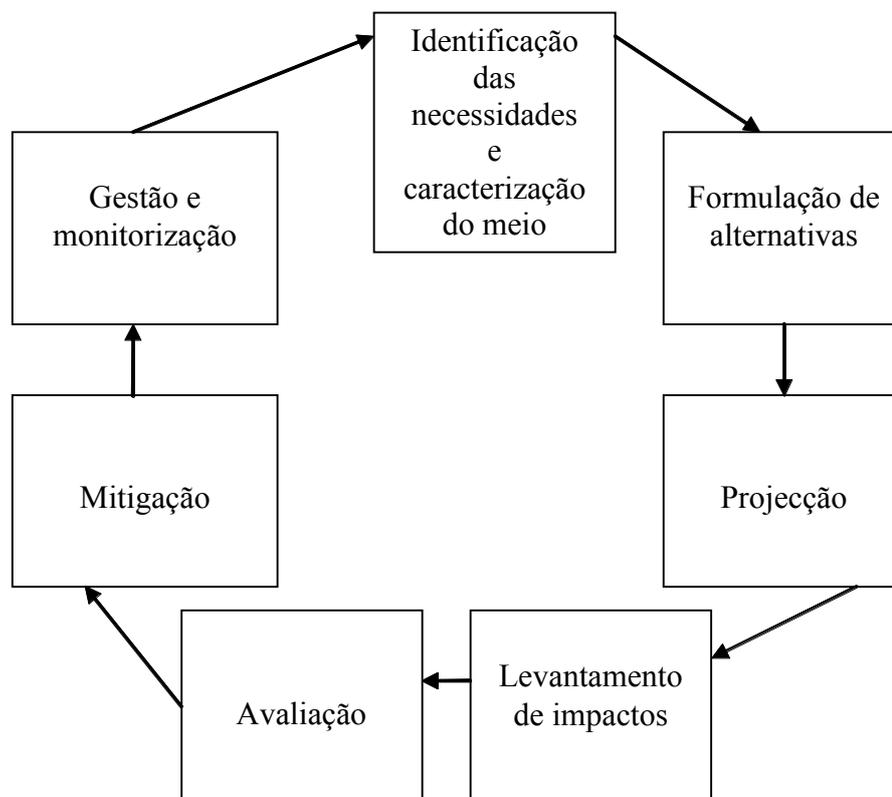
1. Identificação das necessidades e caracterização do meio (*problem identification and scoping*): a identificação do problema que se pretende analisar, a região em causa, as pessoas envolvidas. No caso da caracterização (*scoping*) pretende-se identificar o público ou os grupos sociais que possam ser afectados pelo projecto.

² Uma leitura pertinente para compreender os custos humanos e sociais de um empreendimento deste género pode ser apreciado pela leitura de “Pelo Bem Comum” de Arundhati Roy, Edições ASA, 2001.

A esta fase associa-se ao contexto/perfil (*profiling*), a componente crucial para determinar os custos sociais. Pretende-se descrever as circunstâncias em que o público ou grupo-alvo vive actualmente e projectar os potenciais impactos que o projecto vai ter sobre eles relativamente a custos e benefícios.

Esta abordagem é a mais próxima da antropologia e implica a avaliação dos factores de subsistência do público ou grupo-alvo, a descrição da organização comunitária e os valores culturais significativos tal como expressos e relacionados com as questões de desenvolvimento;

2. *Formulação de alternativas (formulation of alternatives)*: pretende propor cenários que maximizem os custos do projecto relativamente a fundos, ao trabalho, à complexidade, à escala e à tecnologia envolvida, estimando tanto quanto possível os custos associados ao projecto;
3. *Projeção (projection)*: este é o maior desafio para um antropólogo atendendo ao factor predicativo. Nesta fase, a teoria antropológica pode dar um contributo importante atente ao acervo de pesquisa realizada sobre temas similares e ao enquadramento de teorias como da Ecologia Cultural, Mudança Cultural, Economia Política, Desenvolvimento e Modernização;
4. *Levantamento de impacto (assessment)* nesta fase as projecções são revistas com prováveis cenários para o desenvolvimento, analisando cada uma delas e avaliando o potencial impacto de cada uma no público ou grupo-alvo em questão;
5. *Avaliação (evaluation)*: determinadas as projecções e realizados os levantamentos procede-se à especulação sobre os custos e benefícios de cada uma de acordo com os cenários alternativos. É nesta fase que se avalia se os custos são superiores aos lucros ou se o inverso ocorre o que permite decidir sobre a continuidade ou cancelamento do projecto;
6. *Mitigação (mitigation)*: se o projecto avançar há que proceder ao cálculo das compensações para com as pessoas que vão ser mais negativamente afectadas pelo projecto. Nesta fase os antropólogos são, normalmente, empregues para assessorar os pedidos e reclamações das populações afectadas considerando os seus direitos tradicionais sobre a terra. É frequente nesta fase desenvolverem-se estudos que relatam os efeitos ou transformações que ocorrem na comunidade;



7. *Gestão e monitorização (management and monitoring)*: as últimas duas fases são, por norma, realizadas por funcionários governamentais ou de entidades envolvidas no projecto embora no caso da monitorização se registre a participação crescente dos antropólogos. A monitorização envolve o exame dos resultados do projecto de acordo com os critérios estabelecidos. Esta fase é essencial na ponderação sobre a sua limitação ou expansão.

Uma das perspectivas teóricas mais envolvidas neste tipo de trabalho é a Perspectiva Ecológica. Este trabalho tem como fontes de informação as reuniões comunitárias, encontros, audições públicas. As técnicas empregues assentam nos grupos focais, entrevistas a informantes qualificados, questionários, pesquisa de arquivos, mas a etnografia continua a ser a principal peça de investigação, nomeadamente através da observação participante.

Como refere Ervin (2000, 109) o papel do antropólogo não é fácil neste campo. Há desafios e controvérsias que envolvem o desenvolvimento destes projectos e o antropólogo tem de estar preparado para isso.

A avaliação de impacto social não é neutra. Os interesses, nomeadamente os financeiros e políticos, sobre o projecto podem ser governamentais ou privados e suscitarem expectativas que nada têm a ver com os interesses das populações. A presença de um antropólogo, por muito que este esteja inclinado

a simpatizar com a população, pode causar ressentimento pois a sua presença poder ser considerada legitimadora dos interesses de fundo (o antropólogo pode aliás ser usado para tal).

Para além destes dilemas éticos que envolvem a aceitação ou não do desempenho de uma tarefa que não é meramente “académica”, o antropólogo – que por norma trabalha só – vê-se envolvido num trabalho de equipa o que pode gerar frustrações. Para as evitar há que haver soluções de compromisso.

4.5 Aplicação da Antropologia Ambiental

Ervin (2000, 112) refere como uma área de crescente aplicabilidade na antropologia a questão ambiental propondo temas como os desastres naturais, as migrações forçadas, a avaliação de riscos ambientais e o uso da ecologia política e a advocacia de direitos humanos.

A questão da “naturalidade” de certos eventos ditos naturais tem vindo a ser disputada fortemente por estudos que mostram como muitos fenómenos naturais resultam da acção humana, não só de longo prazo como de curto prazo, fazendo parte de políticas deliberadas para forçar populações a abandonar determinadas áreas.

Entre os campos em expansão refira-se a avaliação de risco ambiental, uma área até há bem pouco tempo trabalhada exclusivamente por epidemiologistas, engenheiros e estatísticos. A avaliação deve ser feita não só com base em dados técnicos, mas também em contextos socioculturais. Esta questão leva a que a noção de risco avaliada seja não só a “real”, mas também a percepção – nada entre as populações facto este que era, na maioria das vezes, negligenciado.

A ligação da antropologia com o ambiente tem uma tradição que remonta aos trabalhos de Julian Steward (1955) e Roy Rappaport (1968) e que mostraram as relações entre as comunidades humanas e o seu ambiente, mas sobretudo no contexto de pequenas comunidades. Posteriormente desenvolveu-se um conjunto de estudos que enquadram esta temática numa perspectiva macro, sendo a análise dos ecossistemas a nível mundial ganho recentemente uma crescente dinâmica com as preocupações resultantes das mudanças climáticas e do seu efeito na economia, política, bem-estar e sobrevivência da espécie humana.

O estudo da relação das pequenas comunidades com a economia mundial foi marcado pela publicação de Eric Wolf (1982) *Europe and the People Without History*. Com um enfoque essencialmente economicista, trabalhos posteriores como o de Barbara Johnston (1994) vieram relacionar as questões económicas

e a degradação ambiental com os direitos humanos e a salvaguarda de direitos fundamentais em quatro áreas: habitats naturais, recursos naturais, comunidades humanas e saúde humana.

4.6 Antropologia e Advocacia

A relação da antropologia com a advocacia apresenta várias facetas. Uma das áreas é a advocacia legal, na qual a antropologia é solicitada, ou se voluntária, para apoiar clientes através da pesquisa ou como testemunha especializada em tribunal. Noutra faceta a antropologia pode participar em actividades de *lobing* e tentativas de influenciar a opinião pública e obter mudanças de política.

Ervin (2000, 123) citando Stephen e Jean Schensul (1978) refere que a prática científica e profissional sempre serviu os interesses dos grupos sociopolíticos dominantes. A advocacia antropológica “trabalha para fortalecer a representação de grupos marginais e para ajudar os legisladores a ultrapassar barreiras para uma maior participação significativa na sociedade”. Para além desta dimensão a advocacia antropológica procura desenvolver a inovação e a mudança nos recursos culturais e na percepção das necessidades de uma comunidade.

A prática antropológica no domínio da advocacia coloca sérios problemas relativamente ao princípio da Verdade. O que é a verdade no contexto da defesa de uma parte envolvida num litígio e onde se estabelecem os princípios do que é ou não aceitável fazer. Ervin apresenta o seu próprio exemplo ao ilustrar como se negou a desenvolver um projecto de advocacia antropológica de um grupo de índios canadianos por julgar que a sua acção poderia criar discriminações entre os seus próprios membros. No entanto, outro colega aceitou esse mesmo trabalho. Paine na sua obra *Anthropology and Advocacy* (1985), citada por Ervin (2000, 123) conclui que há tantas verdades quanto o número de audiências. O autor apresenta ainda questões delicadas sobre a matéria: como evitar que a advocacia encoraje a situação de dependência entre os membros e os líderes de um grupo cliente? E como evitar que a antropologia seja vista como uma forma expedita de obter resultados imediatos e positivos?

Paine na obra referida defende que os antropólogos envolvidos nesta área de trabalho devem tornar claros as suas metodologias e resultados aos clientes, ao público e a outros pesquisadores.

Sugestões de leitura complementar

Gradner, Katy e Lewis, David (1996) *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*, Londres, Pluto Press.

Sugestões de trabalho e pesquisa:

- Para uma análise de alguns projectos de antropologia aplicada (sobretudo no contexto do Desenvolvimento)
Applied Anthropological Projects
<http://www.mnsu.edu/emuseum/cultural/Applied/index.html>
Proceda a um estudo dos seus objectivos, parceiros envolvidos, estratégias e resultados alcançados
- Analisar os exemplos de projectos de desenvolvimento comentados por Carmo (1999)
- Retomar o artigo de Doughty (2006) e analisar os seus comentários sobre alguns dos mega-projectos desenvolvidos nos anos setenta, nomeadamente o de Viscos.

5. Métodos de investigação no trabalho em Antropologia Aplicada

Objectivos de aprendizagem

No final desta unidade o estudante deverá estar apto a:

- Explicitar a pertinência dos métodos antropológicos.
- Identificar as etapas da etnografia e observação participante.
- Elaborar entrevistas a informantes qualificados.
- Definir grupos focais e técnicas de entrevista de grupo.
- Descrever indicadores sociais e questionários.
- Reconhecer desenvolvimentos recentes nas metodologias de investigação.

5.1 Etnografia e observação participante

Os métodos de investigação em Antropologia Aplicada são, essencialmente, os mesmos que os empregues na investigação antropológica tradicional. Neste contexto iremos apresentar de forma sucinta, seguindo de perto o livro adoptado (Ervin, 2000), a Etnografia e a Observação Participante, os Grupos Focais e as técnicas de entrevista de grupo e os Indicadores Sociais e os Questionários. Os primeiros pontos inserem-se nas denominadas metodologias qualitativas e são, como referido anteriormente, uma mais valia da prática antropológica aplicada. Os dois últimos pontos enquadram-se nas metodologias quantitativas. No entanto, é comum e útil, proceder a uma triangulação dos diversos métodos num processo de investigação.

O trabalho de campo etnográfico é uma abordagem que inclui várias técnicas de recolha de informação através de diversas formas de observação. A observação abrange o registo de conversações informais, entrevistas formais a informantes-chave, a elaboração de mapas da organização da população, dos recursos naturais, sensores, genealogias, e a aplicação de questionários. A aprendizagem da língua é um elemento essencial, sobretudo em situações de longa permanência no terreno.

Este trabalho não é linear havendo um elevado grau de flexibilidade nesta abordagem que permite a inclusão de categorias locais de relevância que não tinham sido antevistas no plano de pesquisa inicial. Por outro lado, a imersão do antropólogo numa rede de relações sociais tem de ser gerida quer no âmbito da validade da investigação quer da sua resistência emocional aos problemas que este tipo de trabalho envolve.

O tempo passado no terreno pode variar de acordo com o objectivo da investigação, mas, por norma, é considerado que um ano de terreno é essencial para acompanhar um ciclo anual de actividades sazonais. A estadia depende também do facto de o antropólogo já conhecer ou não o grupo ou comunidade em causa.

O trabalho de campo envolve um número de etapas que convém reter (Ervin, 2000, 143 – 146) que convém reter. Embora elas não sejam lineares e a flexibilidade seja recorrente (ou mesmo a desistência – veja-se o que este respeito diz Armindo dos Santos no seu trabalho Antropologia Geral, publicado pela Universidade Aberta) é importante reter os problemas associados com cada uma das fases.

O início do trabalho de campo é crucial pela ansiedade que envolve (de parte a parte) a entrada num meio social novo e determinante para o sucesso do trabalho. Há a necessidade de obter a permissão para ali estar (da comunidade, das entidades locais e nacionais), explicar a presença no terreno aos membros

da comunidade e estar consciente de alguns factores, a saber: a resposta poderá não ser homogénea; poderá haver resistências e dificuldades; deve tentar obter-se um certo grau de confiança por parte das pessoas da comunidade e conseguir alguma familiaridade com o local.

Nesta fase pode ocorrer um “choque cultural” dada a necessidade de reajustar comportamentos a novos hábitos e modos de agir (tanto na linguagem como na postura corporal, etc.). O *stress* pode surgir, sobretudo quando as resistências são maiores e não se vislumbra a confiança da parte das pessoas da comunidade para iniciar o trabalho. Ervin (2000, 144) advoga que se deve elaborar um pequeno texto de uma página no máximo para expor os objectivos da presença do antropólogo e do estudo em curso. No fundo o autor reafirma os pressupostos éticos que devem imperar na relação com a comunidade e que já analisamos igualmente com Willigen (1986).

Após o período de crise associado ao “choque cultural” e se esta fase for ultrapassada, com a criação de laços de confiança é possível envolver-se no trabalho de recolha de dados, por norma mais “factuais” no início de forma a não ferir susceptibilidades. Este período é mais produtivo e a normalização da presença permite ganhar confiança e euforia por parte do investigador o que pode levar a situações de identificação com o sujeito de investigação e a registar impressões e factos enviesados, uma crítica que é feita à antropologia sobretudo por parte dos burocratas e administrativos das entidades que solicitam trabalhos aplicados. Alguns autores sugerem que o investigador deve retirar-se do campo durante um período de tempo a fim de analisar os dados obtidos e reavaliar o trabalho a realizar.

As fases finais da estadia devem incluir a confirmação de certas hipóteses, o que no campo aplicado pode ser feito com base em inquéritos, de forma a confirmar ou invalidar observações realizadas. No campo da antropologia aplicada é usual que, após a retirada do terreno para a redacção do relatório, o antropólogo regresse ao terreno para o discutir com a comunidade.

Observação e registo

A observação é um processo denso e extenuante. A par de capacidades de observação são necessárias capacidades de descrição do observado. Este facto envolve a anotação atempada das observações e a sua organização por assuntos. A forma como se organizam os registos pode variar de investigador para investigador. As notas de campo e os diários são personalizados, mas há várias indicações de como organizá-las de acordo com os propósitos do trabalho.

A observação ocorre nos mais ínfimos contactos sociais, de carácter interpessoal, e nos acontecimentos ou recepções organizadas. Estas experiências dizem-nos algo sobre os seus participantes e os grupos envolvidos pela forma como interagem tendo como princípio identificar quem está a fazer o quê, com quem, onde e quando. A observação participante permite dizer o que está a acontecer pelo facto de o registar presencialmente, pelo facto de o observador estar mais perto da realidade.

No entanto, até que ponto o investigador participa? Há vários graus de envolvimento com os sujeitos em estudo. A observação pode ser realizada sem que os sujeitos estejam ao corrente do facto. Um exemplo desta técnica são as investigações realizadas em jardins infantis na qual as crianças são observadas a interagir sem o investigador se envolver com elas. Uma situação imediata ocorre em contextos em que o investigador partilha espaços com os sujeitos de observação sem ser forçosamente reconhecido por estes. Por exemplo, em restaurantes ou bares. Outra forma de participar é através do desempenho de papéis auxiliares que permitem o convívio com os sujeitos. Carmo (1999) refere como em certos projectos de desenvolvimento comunitário os estudantes universitários envolvidos desempenharam papéis, como ajudantes de café ou como professores para se envolverem com a comunidade³.

³ Situação similar ocorreu aquando do desempenho do papel de auxiliar de “assistente social” numa organização de apoio aos refugiados durante a realização do trabalho de campo desenvolvido no mestrado. Ocorrência descrita em Sousa (1999).

Esta questão depende do trabalho a desenvolver. Nos campos mais tradicionais e nos que se situam no âmbito da ajuda ao desenvolvimento em contexto rural, o antropólogo pode encontrar muitas ocasiões para participar em acontecimentos sociais, privados ou públicos, desde trabalhos de campo, da casa, caça etc.

Como refere Ervin (2000, 149) é impossível ensinar esta metodologia através de etapas precisas dada a necessidade de imersão directa com o terreno e os imponderáveis que se lhe associam.

Entrevistas a informantes qualificados

A entrevista a informantes qualificados é um dos princípios essenciais da pesquisa antropológica. A noção de informante qualificado é objecto de discussão. Por um lado, é relativamente consensual que ele deve ocupar um lugar ou desempenhar um papel que o torne socialmente significativo, mas o mesmo não se passa relativamente à sua capacidade de analisar a sua condição de vida analiticamente.

Relativamente ao papel social desempenhado pelo sujeito há que ter em conta que nem sempre o desempenho de um papel visível é sinónimo de experiência ou de saber. Muitas vezes o informante qualificado pode estar “oculto” pela sua condição social e não é imediatamente identificado, sendo que aqui o

tempo e confiança é condição essencial para obter empatia. Por exemplo, em Timor Leste, as autoridades oficiais “chefe de suco” que lidam com o Estado e o exterior tem de reportar às autoridades tradicionais que lidam com o sagrado e o interior. O acesso aos primeiros é, de uma forma geral, fácil, mas, o contacto com os segundos pode ser muito mais difícil (Ospina e Hohe, 2001).

Relativamente à capacidade de análise reflexiva Ervin (2000, 149) identifica os cinco critérios de James Spradley (1979) e refuta a sua perspectiva de que o informante deve ser não analítico. Na prática antropológica de Ervin estes tipos de informantes são altamente qualificados pois possuem um conhecimento sobre o tempo e uma reflexão ponderada. Refutar um informante que analise a sua própria condição de vida e que sobre ela tenha uma capacidade critica parece-nos uma forma de subestimar o sujeito.

A entrevista e as questões

A entrevista deve ser em larga medida uma conversação com um sentido preponderante, a do informante em relação ao entrevistador. A gravação ou não da entrevista vai depender da autorização do entrevistado e da disponibilidade do entrevistador em proceder posteriormente, se necessário, à sua transcrição (uma transcrição poderá levar, dependendo da língua e das condições de gravação, o dobro do tempo real da entrevista).

A entrevista começa com comunicação da intenção e a preparação do entrevistado. É importante esclarecer os objectivos da mesma de uma forma clara e sucinta e estar pronto a responder a todas as questões que possam ser colocadas pelo entrevistado.

A preparação da entrevista incluirá a elaboração de um guião de entrevista que contemplará os temas a serem desenvolvidos. Há que ter no entanto atenção que um longo guião pode ser desmoralizador para o entrevistado. A forma como se abre o diálogo deve ser centrada em questões sobre assuntos presentes e não controversos, questões mais genéricas, que permitam colocar o entrevistado à vontade e ajudar a encaminhar o entrevistador.

Ervin (2000, 153) sugere com base em Patton (1980) tipos de questões que devem ser colocadas:

1. *questões de experiência* (experience questions): sobre o que a pessoa faz ou fez;
2. *processo cognitivo e interpretativo* (cognitive and interpretive process) – opinion/value questions:

-
3. *questões emocionais* (feeling questions): as respostas emocionais às experiências e emoções;
 4. *questões de conhecimento* (knowledge questions): para saber o que o informante sabe sobre determinados factos;
 5. *questões sensoriais* (sensory questions): o que é sentido ou percebido;
 6. *questões demográficas e de antecedentes* (background/demographic questions): questões que enquadram o sujeito no grupo em estudo, como a idade, género, educação etc.

O mesmo autor, citado por Ervin (2000, 154) defende que as questões devem ser colocadas nos três tempos verbais, no presente, no passado e no futuro, de forma a apurar o sentido que os sujeitos pretendem dar à sua vida com a experiência adquirida.

As últimas recomendações de Ervin (2000, 154) sobre a formulação das questões são:

1. evitar questões dicotómicas que possam ser respondidas com sim ou não;
2. ter a certeza de que as questões são abertas de forma a possibilitar que o entrevistado formule uma opinião sobre todos os potenciais pontos em estudo;
3. evitar questões que combinem muitas ideias, provocando confusão sobre o que responder.

5.2 Grupos focais e técnicas de entrevista de grupo

Grupos focais

Segundo Ervin (2000, 156) os grupos focais consistem num grupo de pessoas, normalmente de seis a doze, com um estatuto de uma forma geral equivalente, com interesses, características e conhecimentos comuns. Na entrevista, gerida pelo entrevistador, cada participante deve ser capaz de expor as suas opiniões sobre um tema proposto e dentro de um tempo definido.

Esta abordagem é uma ferramenta útil e adaptável que pode ser utilizada nas ciências sociais, aplicadas ou não. Em antropologia aplicada e em particular na centrada em pesquisa de comunidades, é vantajosa em levantamentos de necessidades, avaliação de programas e levantamentos de impactos sociais.

As principais vantagens dos grupos focais são: a facilidade em preparar os entrevistadores, realizar uma ou mais entrevistas por dia e envolver membros de uma comunidade no processo de investigação e obter desta forma dados importantes sobre as suas percepções. O facto de as pessoas estarem frente-a-frente permite ainda uma “validação da face”, através da correcção mútua dos participantes (no entanto, há que analisar se há a retracção em corrigir, ou em exprimir uma opinião, dada a presença de determinada pessoa no grupo).

As desvantagens estão associadas à dificuldade em seleccionar o grupo pertinente de participantes com os critérios pretendidos, podendo também subsistir problemas relacionados com o treino dos entrevistadores e pessoal que irá transcrever, analisar e redigir os resultados. A constituição do grupo de entrevistados está associada à questão da fidedignidade dos resultados obtidos uma vez que cada grupo é único e com a forma como cada moderador pode influenciar o grupo. Uma última desvantagem prende-se com as expectativas que possam ser criadas junto dos participantes pelo facto que a existência do grupo focal seja um indício de que algo vá ser feito.

O número de grupos a formar irá depender do tempo disponível e dos outros métodos a serem empregues na pesquisa. O número de pessoas por grupo deverá ser de oito a doze. A formulação das questões deve ter em conta (Ervin, 2000, 160-161):

1. assegurar que a questão foi bem formulada de forma a que os participantes percebam que tipo de informação se pretende;
2. ainda assim, formular questões abertas que permitam aos participantes dar a sua própria resposta;
3. não combinar mais do que uma ideia em cada questão;
4. preparar algumas questões mais incisivas sobre determinadas matérias cruciais que possam não ter sido abordadas pelos participantes;
5. iniciar o debate com questões genéricas, que contextualizem o tema e permitam obter uma perspectiva genérica;
6. tentar não ter muitas questões;
7. no caso de projectos que requisitem informação detalhada pode ser necessário ter mais questões preparadas.

A moderação do grupo é essencial. É necessário explicar de início o que se pretende e porquê. Devem também ser explicados os conceitos que vão ser utilizados nas questões e valorizar as opiniões e conhecimento dos participantes. O moderador deve ser atencioso e apoiar a discussão sem favorecer nenhum dos participantes. Deve também gerir a discussão, sabendo

quando mudar de tópicos assim que se esgote um tema. Por norma, deve haver alguém a assistir o moderador com as gravações.

Grupos nominais

Os grupos nominais são uma forma mais estruturada de grupos focais, com os mesmos princípios e com a mesma dimensão, mas com um controlo muito maior da interacção dos participantes por parte do moderador com o objectivo de estabelecer prioridades e consenso. Os grupos nominais são úteis pois permitem ultrapassar algumas das dificuldades dos grupos focais, nomeadamente, a possibilidade de existirem rivalidades interpessoais. Por vezes pode ser útil combinar as duas abordagens.

A especificidade do trabalho com grupos nominais é analisada por Ervin (2000, 162-163). Após reunir o grupo é colocada a pergunta central e explicada a natureza e objectivo da reunião. É então pedido aos participantes para fazerem uma lista em resposta às questões apresentadas. Cada participante dá uma resposta que é registada por um assistente. Solicita-se então a cada participante para, em dois minutos, explicar a razão da sua resposta. O moderador pode então reunir ou congregar respostas que são similares em grupos de resposta após o que pede a cada participante para reflectir sobre a lista elaborada e listar por ordem de prioridade a mesma lista escolhendo cinco itens. O resultado da contagem destes itens permite estabelecer uma lista ordenada de prioridades que é de novo apresentada aos participantes para discussão final após o que é feita uma votação final. Esta pode dar ou não lugar a uma última discussão, dependendo do consenso obtido e ser necessária uma nova votação se este não ocorrer. Terminado o debate ter-se-á alcançado uma lista ordenada de necessidades que sugerem directivas políticas.

Delphi Groups ou conferências

O grupo Delphi é um grupo nominal realizado através de correio (ou por meios informáticos). É anónimo, mas interactivo. É composto por participantes, até um número de 30, reconhecidos pelos seus conhecimentos ou capacidade para comentar de forma pertinente o tema em investigação. É particularmente útil quando os participantes vivem afastados uns dos outros, mas apresenta a dificuldade de estes terem necessariamente a capacidade de expor de forma escrita as suas opiniões.

Ervin (2000, 164-165) enumera as três principais etapas desta abordagem:

1. os participantes são seleccionados e contactados e é-lhes colocada uma questão à qual devem responder preenchendo os espaços que

são facultados. Com as respostas dadas os investigadores podem listar e reorganizá-las por temas comuns;

2. aos participantes é então pedido para ordenarem as respostas constantes da lista por preferências e produzirem comentários às suas escolhas. Na posse destes novos dados é estabelecida, tal como nos grupos nominais, uma lista ordenada;
3. os resultados são reenviados aos participantes que devem reanalisar que querem mudar as suas opções ou não. Os resultados são analisados e registados os totais e a lista ordenada. Os resultados são enviados aos participantes. Pode ou não haver a necessidade de proceder a uma nova votação.

5.3 Indicadores sociais e os questionários

Como referimos anteriormente a aplicação de uma técnica de investigação raramente é feita de forma isolada. O princípio metodológico da *triangulação* permite validar determinada descoberta através da aplicação de várias metodologias. Entre as diversas estratégias que procuram congregar este princípio a mais recorrente é a que conjuga a aplicação de metodologias qualitativas e quantitativas.

Entre as metodologias de carácter quantitativo que são pertinentes para o trabalho antropológico aplicado, Ervin (2000, 171-187) indica os indicadores sociais e a aplicação de questionários.

Indicadores sociais

Os indicadores sociais são obtidos através da análise de estatísticas relevantes. Os indicadores são números agregados escolhidos para representar tendências e assumidas como medidas da uma região ou país. Entre as áreas passíveis de serem analisadas através de indicadores estão a saúde e a habitação. Os dados demográficos são também valiosos para contextualizar as características da população e a sua distribuição num determinado território. A combinação de vários indicadores permite avaliar os indicadores sócio-económicos como o da pobreza.

Questionários

Os questionários têm vindo a ganhar uma maior aplicabilidade entre os antropólogos. No entanto, dada a sua complexidade e onerosidade é necessário

ponderar a sua realização e verificar se a informação não pode ser obtida de outra forma. Assente a necessidade de realização do questionário há que concebê-lo tanto no plano logístico (avaliando os custos associados à sua aplicação) e no plano científico (concebendo a sua estrutura e validade).

De acordo com o tema em estudo um primeiro passo será elaborar questões abertas que serviram para estruturar secções do questionário, a que se seguirá a construção de subsecções temáticas. Há que decidir se as questões são abertas ou fechadas. O formato do questionário também deve ser claro e redigido de forma a evitar o cansaço do entrevistado. Para apurar a sua exequibilidade é normal efectuar-se um pré-teste para aperfeiçoar as questões e formato.

Um dos principais desafios da aplicação de um questionário é a selecção da amostra. Esta pode tomar duas formas: as *amostras probabilísticas* e as *amostras não probabilísticas*. As amostras probabilísticas aumentam a validade do questionário e permitem a sua generalização. Trata-se de amostras que pretendem assegurar que cada secção de uma determinada população esteja representada na amostra. Considerando o estudo em causa e os critérios de selecção estabelecidos é necessário que a população possa ser listada de modo que possa ser seleccionada a amostra representativa. No caso de não haver listas exaustivas a amostra será feita de forma aleatória dentro de determinados parâmetros que procuram assegurar a representatividade da população.

Mas nem sempre é possível dispor de listas da população. Nestas circunstâncias empregam-se as amostras não probabilísticas que dependem da disponibilidade dos participantes. Entre estas amostras incluem-se:

1. *casos típicos*: selecção de casos que são melhor conhecidos e representativos;
2. *os casos mais similares e os menos similares*: seleccionando os que apresentam características mais comuns ou menos;
3. *bola de neve*: contactando novos participantes referenciados por outros;
4. *amostra por quota*: seleccionando pessoas ou unidades com base na sua proporção na população;
5. *casos críticos*: seleccionando casos que são chave e essenciais para a investigação.

A aplicação do questionário é a fase seguinte. Esta pode ser efectuada através entrevistas directas, presenciais ou não – caso de utilização do telefone ou por correio, meios pelos quais os entrevistados têm de administrar o questionário. Nesta última estratégia, reconhecida como tendo uma menor taxa de resposta, é essencial a apresentação e organização do questionário de forma a não provocar uma reacção de rejeição.

A análise dos dados recolhidos é o passo seguinte existindo hoje programas que podem ajudar nesta tarefa contanto o próprio questionário seja concebido de forma a ser submetido a este processo (o que é sobretudo o caso das situações de resposta fechada).

5.4 Desenvolvimentos recentes nas metodologias de investigação

Neste capítulo iremos abordar desenvolvimentos recentes nas metodologias de investigação em Antropologia Aplicada: as RAPs – *Rapid Assessment Procedures* – que procuram conciliar a natureza naturalista da abordagem metodológica da antropologia com a necessidade de obter dados em contexto de urgência e a *Participatory Action Research* que pretende envolver de forma mais directa os “sujeitos” de um processo de desenvolvimento na pesquisa e gestão do próprio projecto.

“Rapid Assessment Procedures “ RAPs – Procedimentos de levantamento rápido

A questão do tempo é uma das mais prementes com que os antropólogos aplicados têm que lidar. Nem sempre o tempo tradicional da pesquisa antropológica é compatível com as necessidades das entidades que comissionam trabalhos de antropologia aplicada. Neste contexto, alguns antropólogos tentaram desenvolver os parâmetros para uma pesquisa rápida. Esta tem-se desenvolvido prioritariamente em trabalhos ligados às questões de desenvolvimento nos países do “Terceiro Mundo”.

Este tipo de pesquisa funciona melhor quando há um claro entendimento do problema central e o que se pretende é avaliar a sua contextualização local. Ervin (2000, 190) indica como exemplos os estudos da epidemia de HIV/SIDA na área da saúde (ver o artigo de Bond, 1999) ou as questões da seca na agricultura. Há uma percepção do problema geral, mas há que equacionar a dimensão humana em contexto local e é esta a intervenção da antropologia aplicada. Por norma estes estudos desenvolvem-se em períodos de uma a seis semanas.

Ervin (2000, 195) seguindo Harris e tal. (1997) analisa os cuidados e critérios que devem estar presentes neste tipo de estudo: accuracy, utility, feasibility e property.

1. *fiabilidade* (accuracy): a necessidade de manter uma descrição exhaustiva do problema, do contexto, das circunstâncias locais e dos serviços e programas existentes; assegurar a validade das observações

realizadas procurando que a realidade analisada seja compreendida quer por pesquisadores quer por pesquisados; procurar formas de evitar enviesamentos que possam impedir a generalização das descobertas à comunidade (procurando obter diferentes entrevistas de diferentes sujeitos);

2. *utilidade* (utility): os resultados e recomendações devem ser úteis para todos os que tenham um interesse neles;
3. *praticabilidade* (feasibility): os RAPs devem ser apropriados, politicamente viáveis e fáceis de implementar num dado contexto para serem executados;
4. *propriedade* (property): são os procedimentos éticos e justos para com os envolvidos? Podem os princípios éticos ser assegurados dado o tempo disponível?

Dados os constrangimentos de aplicação dos RAPs Harris e tal. (1997) referido por Ervin (2000, 197) defende que esta abordagem tem mais hipóteses de sucesso quando envolve um trabalho de equipa multidisciplinar, envolvendo várias técnicas de recolha de dados e com alguns dos membros da equipa originários da cultura em causa.

² Também referida como *Action anthropology* “The branch of applied anthropology, or branch of anthropology allied to applied anthropology, which seeks to combat immediate threats to populations groups. Action anthropologists thus seek to use their anthropological knowledge for political goal deriving from moral commitment.” (Barnard e Spencer, 2002, 594).

Participatory Action Research ² – *Pesquisa de Acção/intervenção participativa*

Cada vez mais o processo de pesquisa e a sua propriedade tem passado para as mãos de comunidades ou grupos de cidadãos que procuram influenciar a definição de políticas. Ainda assim, há um elevado número de pessoas que não dispõem do poder e capacidade organizacional para melhorar a sua situação e que se encontram excluídas ou marginalizadas do processo de definição dos seus próprios problemas.

Muitos antropólogos têm desempenhado junto destes grupos ou comunidades um papel relevante, mas que é, simultaneamente, um desafio à sua prática tradicional pois os sujeitos de investigação são os próprios proprietários e gestores da investigação. Em antropologia a tradição de trabalho de parceria com os sujeitos teve início com Sol Tax nos anos quarenta que com os seus alunos iniciou um trabalho nos EUA com os índios Fox e Moquawkie. Neste trabalho eram definidos em conjunto os problemas que deviam ser abordados. Esta área relaciona-se também com a antropologia e advocacia.

Da mesma forma, no Brasil, Paulo Freire procurou na educação de adultos consciencializar os camponeses para ultrapassarem a sua marginalidade e exploração (ver Carmo, 1999).

Ervin (2000, 200) identifica as principais características desta abordagem com o princípio de que os seus proponentes acreditam que as pessoas mais afectadas por um determinado problema devem ser aquelas que mais têm a dizer sobre ele e têm legitimidade para agir sobre ele. Neste trabalho os participantes locais analisam a sua condição de vida e procuram meios para superar as suas dificuldades. Este processo vai muito para além da investigação e muitos dos princípios “científicos” podem não ser totalmente alcançados.

Os principais pontos da pesquisa participativa são segundo Ervin (2000, 200):

1. a comunidade define o problema, analisa-o e resolve-o;
2. as pessoas são donas da informação, analisam os resultados e chegam a conclusões;
3. só pode haver mudança nas suas vidas se todas se comprometerem a participar;
4. é um procedimento que cria um grande reconhecimento das capacidades da comunidade;
5. é um processo de investigação científica que representa a democratização da pesquisa;
6. os investigadores exteriores à comunidade também experimentam grandes mudanças no seu papel;
7. a acção participativa está normalmente relacionada com a advocacia.

Segundo o mesmo autor (2000, 201) os principais desafios que a pesquisa participativa coloca ao antropólogo são:

1. a dependência/instabilidade que resulta da possibilidade de poder ser colocado de parte do projecto se a comunidade o entender;
2. a necessidade de qualidades pessoais, sobretudo paciência, para aceder às directrizes do grupo ou comunidade, que podem ser diferentes das estabelecidas pelo investigador;
3. a dificuldade em definir o seu lugar no processo, ganhar confiança e aceitação, tentar ajudar sem ser muito assertivo;
4. a principal opção metodológica é a discussão de grupo, incluindo grupos focais.

Leitura Complementar

Trabalhar com os manuais da Universidade Aberta citados na bibliografia:

- Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem de Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira.
- Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia de José da Silva Ribeiro.

Sugestões de trabalho e pesquisa

- Continuar o trabalho com *Ethical dilemmas in Professional practice in Anthropology*, Andrew Garner, para analisar o processo de um projecto e avaliar os resultados. Disponível em:
<http://www.theasa.org/applications/ethics/comments.htm>

Bibliografia consultada e leituras complementares

Esta bibliografia identifica as obras que serviram como referência na elaboração deste Caderno (sempre que disponíveis usaram-se as fontes primárias citadas pelo autor do livro adoptado). A sua indicação é meramente sugestiva de possíveis leituras complementares. Em cada unidade é indicada ainda Fontes de Estudo on-line cujos textos são de acesso gratuito (excepto se indicado). No entanto, os exames serão sempre elaborados com base nos conteúdos do livro adoptado e do Caderno de Apoio.

AFONSO, Ana Isabel

2006 *Practicing Anthropology in Portugal*, NAPA Bulletin 25, pp. 156-175.

AZANHA, Gilberto

s. d. O *CTI e a Antropologia ou o antropólogo como “agente”* http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/cti_antropologia.pdf.

BARNARD, Alan e SPENCER, Jonathan (ed.)

2002 *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London, Routledge.

BASTIDE, Roger

1979 *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Editora Perspectiva.

BESSA, Fernando

2005 *A Luta pelas rendas: Trabalho aplicado, ajuda ao desenvolvimento e mediadores em Moçambique*, disponível em: http://www.aadelinotorres.com/africa/Fernando%20Bessa%20Ribeiro_A%20luta%20pelas%20rendas.pdf.

BOND, Virgínia

1997 “Between a rock and a hard place’: applied anthropology and AIDS research on a commercial farm in Zambia”, *Health Transition Review*, Supplement 3 to Vol. 7, 69-83: <http://htc.anu.edu.au/pdfs/Bond2.pdf>.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro

1998 *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, [147].

CARMO, Hermano

1999 *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta [184].

CHAMBERS, Erve

- 1985 *Applied Anthropology A Practical Guide*, Illinois, Waveland Press, Inc.
- 1987 “Applied Anthropology in the Post-Vietnam era: Anticipations and Ironies”, in: *Annual Review of Anthropology* 16, pp. 309-337.

CONTRERAS, Ricardo

- 2005 *Antropología ía Aplicada en los Estados Unidos: Discusiones teóricas y metodológicas*, apresentação *Power Point* disponível em: <http://www.flacso.cl/flacso/biblos.php?code=1332>.

DOUGHTY, Paul

- 2005 *Learn from the Past, Be Involved in the Future*, <http://www4.ncsu.edu/~twallace/ANT411%20Doughty.pdf>.

ERVIN, Alexander

- 2000 *Applied Anthropology: Tools and Perspectives for Contemporary Practice*, Massachusetts, Allyn and Bacon.

FOSTER, George

- 1969 *Applied Anthropology*, Boston, Little Brown.

GRADNER, Katy e LEWIS, David

- 1996 *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*, Londres, Pluto Press.

HOHE, Tanja e OSPINA, Sofi

- 2001 *Traditional Power Structures and the Community Empowerment and Local Governance Project*, Dili, CEP/PMU, ETTA/UNTAET World Bank.

KOTTAK

- 2007 *Las dimensiones de la antropología*”, de *Introducción a la antropología* http://novella.mhhe.com/sites/dl/free/8448156072/513594/Cap_Muest_Kottak_8448156072.pdf.

McFATE, J. Montgomery

- 2005 “Anthropology and Counterinsurgency: The Strange Story of their Curious Relationship”, *Military Review* March-April 2005: http://www.army.mil/professionalwriting/volumes/volume3/august_2005/7_05_2_pf.html.

MOONEN, Frans

1988 *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Editora Ática.

PEREIRO, Xerardo

2005 “AAntropologia Aplicada e as suas perspectivas”, in Pereiro, Xerardo Mendes, Paulo (eds.), *Textos de Antropologia Aplicada*, Série Didáctica Ciências Sociais e Humanas 57, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes.

PINK, Sarah

2006 *Applications of Anthropology – Professional Anthropology in the Twenty-first Century*, Oxford, Berghahn (Studies in Applied Anthropology).

RIBEIRO, José da Silva

2003 *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta, [263].

RODRIGUES, José Cavaleiro

2007 *Os antropólogos portugueses nos últimos anos do século XX*, in E-boletim n.º 3 Abril 2007 – Associação Portuguesa de Antropologia, <http://www.apantropologia.net/publicacoes/eboletim/Abril2007/index.html>.

SOUSA, Lúcio

1999 *Percursos de inserção: refugiados em Portugal, sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 289 p. (policopiado).

STRATHERN, Andrew, STERWART, Pamela (eds.)

2007 *Anthropology and consultancy: issues and debates*, Berghahn Books.

WILLIGEN, John Van

1983 *Applied Anthropology an introduction*, Massachusetts, Bergin & Garvey Publishers, Inc.

Sítios para pesquisa:

Portugal

Associação Portuguesa de Antropologia

<http://www.apantropologia.net>

Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento – UTAD

<http://home.utad.pt/miranda/licenciaturas/antropologia/index.htm>

Centro de Antropologia Aplicada

<http://ceaa.ufp.pt>

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

<http://spae.no.sapo.pt/>

Centro de Estudos de Antropologia Social CEAS-ISCTE

<http://www.ceas.iscte.pt/>

Instituto de Ciências Sociais – ICS Universidade de Lisboa

<http://www.ics.ul.pt>

Instituto de Ciências Sociais – ICS Universidade do Minho

<http://www.ics.uminho.pt/>

Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa – CEEP Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<http://ceep.fcsh.unl.pt/>

Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas – CEMME Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<http://www.fcsh.unl.pt/cemme/#2>

Centro de Antropologia Cultural e Social – CACS Instituto Investigação Científica Tropical

<http://www.iict.pt/actividades/261/viict261.asp>

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos – CEAA Inst. Investigação Científica Tropical

<http://www.iict.pt/estrutura/vest02.asp?divisao=254>

Centro de Etnologia Ultramarina – CEU Inst. Investigação Científica Tropical

<http://www.iict.pt/estrutura/vest02.asp?divisao=262>

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta – CEMRI

<http://www.univ-ab.pt/investigacao/cemri/index.html>

Departamento de Antropologia – Universidade de Coimbra

<http://www.uc.pt/antrop/>

Internacional

American Anthropological Association

<http://www.aaanet.org/>

Anthrosource:

<http://www.anthrosource.net>

Associação Brasileira de Antropologia

<http://www.abant.org.br/>

Anthropological Index Online

http://aio.anthropology.org.uk/cgi-bin/uncgi/search_bib_ai/anthind

Associação Latino Americana de Antropologia

<http://www.ala.uchile.cl/>

Association of Social Anthropologists of the UK and Commonwealth

<http://www.theasa.org/>

European Association of Social Anthropologists

<http://www.easaonline.org/>

National Association for the Practice of Anthropology (NAPA)

<http://www.practicinganthropology.org>

Society for Applied Anthropology (SFAA)

<http://www.sfaa.net>

(boletim disponível gratuitamente em: <http://www.sfaa.net/newsletter>)

Society for Cultural Anthropology (SCA)

<http://www.aaanet.org/sca/index.htm>

The Royal Anthropological Institution

<http://www.therai.org.uk/>

Composto e paginado
na **UNIVERSIDADE ABERTA**

Lisboa, Novembro de 2007

